

# avante

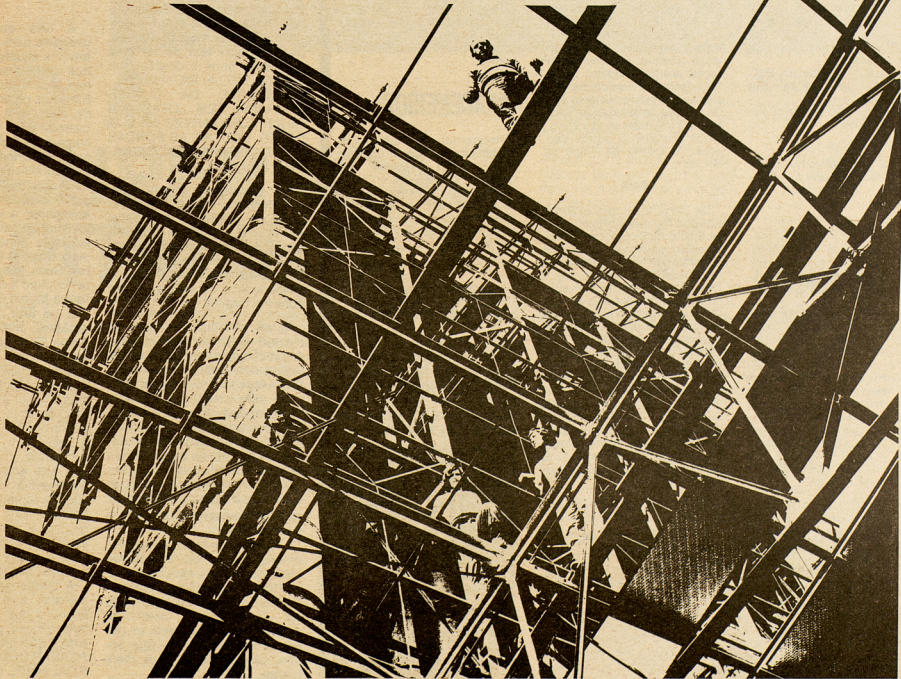
CGTRI - IN  
CENTRO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
5376  
Nº  
1/1

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5500

## CONSTRUIR A UNIDADE

PELA DEFESA DAS LIBERDADES SINDICAIS  
PELA APLICAÇÃO DO CONTROLE OPERÁRIO  
PELA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA  
PELA PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES  
NA PREVIDÊNCIA  
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA



# NOTICIÁRIO SINDICAL

## ACTIVIDADES DA INTERSINDICAL

Em Março de 1976

11 - Conselho Geral  
15 horas, na sede da Intersindical - Lisboa  
Ordem de Trabalhos: Relatório e Contas da Intersindical

12 - Conselho Geral  
10 horas, na sede da Intersindical - Lisboa  
Ordem de Trabalhos:  
1 - Política Salarial  
2 - Contratação Colectiva  
3 - Informação

13 - Plenário  
15 horas, no anfiteatro da Faculdade de Letras, na Cidade Universitária - Lisboa  
Ordem de Trabalhos:  
1 - Política Salarial  
2 - Contratação Colectiva

26 - Plenário  
15 horas, na sede da USC, edifício da Inatel-Coimbra - Rua António Granjo, 6  
Discussão e Aprovação do Relatório e Contas

27 e 28 - Encontro Nacional  
15 horas, na sede da USC - Coimbra - Edifício Inatel - Previdência.

## FUNÇÃO PÚBLICA

Da CDRP - Comissão Directiva Regional Provisória, da Organização Pró-Sindical dos Trabalhadores da Função Pública, recebemos o texto de uma exposição que entregaram ao Presidente da Assembleia Constituinte, assim como um Comunicado referente a uma Assembleia Regional de Delegações, que se efectuou em 26-2-76, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e na qual participaram 96 delegações de funcionários públicos.

## ADERÊNCIAS À INTER

Durante o mês de Fevereiro aderiram à Intersindical Nacional os seguintes sindicatos:

- Ajudantes e Praticantes de Despachante Oficial, Despachantes Privativos e Agentes Aduaneiros (A.G. 28/2/76)
- Profissionais de Indústria de Conservas do Distrito de Faro (A.G. 28/2/76)
- Metalúrgicos de Faro (A.G. 28/2/76)



## TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

Os Delegados Sindicais do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, reuniram-se em Plenário, em 24 do passado mês, e aprovaram por aclamação três Moções, nas quais se protesta contra as várias medidas anti-sociais do Governo e se fazem várias exigências às autoridades do País, das quais destacamos: — Publicação imediata do Decreto-lei sobre o Controlo Operário; a livre contratação colectiva; que seja reconhecido aos trabalhadores o Controlo efectivo da Previdência, etc.; e apoiar incondicionalmente a justa luta dos camaradas do Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços, do Distrito de Angra do Heroísmo.

Da Direcção do mesmo Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, recebemos um extenso Comunicado, no qual se afirma que «este Sindicato e os trabalhadores do sector taxi e letras A nada têm contra os seus colegas retornados das ex-colónias. Muito pelo contrário. Desde sempre se têm batido pelas justas reivindicações de todos os trabalhadores e pelos postos de trabalho, que são o garante do progresso do País e do bem-estar económico-social de todos».

— Numa reunião de Delegados Sindicais do Sector de Instrução e Condução Automóvel, do atrás citado Sindicato, foram aprovadas várias Moções acerca do Novo sistema de exames de condução automóvel.

## METALÚRGICOS

Jovens metalúrgicos de diversas empresas vão promover, no dia 13 de Março, um encontro distrital. Os principais temas a serem tratados neste encontro serão: «Reclassificações», «Salários», «Discriminação», «Condições de Trabalho», «Medicina», «Higiene e Segurança», «Idade e Trabalho», «A Juventude e o Serviço pré e após Militar» e «A Juventude na Vida Sindical e os seus Tempos Livres dentro da Empresa».

Do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, recebemos, através da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, fotocópia de um Relatório referente aos débitos à Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Aveiro, débito de 75 firmas de Indústrias Metalúrgicas dessa região. Essas dívidas somam um bonito montante de cerca de 125 000 000\$000 (cento e vinte e cinco mil contos).

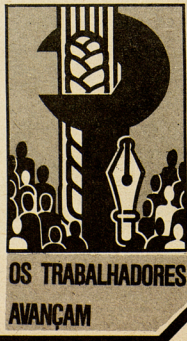
E caso para dizer: psalmi, ó gentes!

## MARCENIROS

Recebemos um «Programa de Acção-Lista A-Lista da Classe», do Sindicato Nacional dos Operários Marceneiros e Ofícios Correlativos, com sede em Valbom-Gondomar, referente às eleições para os corpos gerentes a efectuar nesse Sindicato no-ventho.

## AOS LEITORES DO «ALAVANCA»

Por dificuldades de ordem técnica não foi possível a publicação na passada semana, do «ALAVANCA», pelo que pedimos desculpa aos nossos leitores.



## do Sindicalismo

A luta de classes é uma realidade social. Ela não é uma invenção de qualquer sindicato, ou pessoa. Ela é uma consequência do regime capitalista, baseado na exploração do homem pelo homem. Toda a história do movimento operário nacional e internacional é uma constatação desta realidade, na qual se situa a existência de sindicatos e de suas centrais sindicais, com uma actividade que cobre a quase totalidade dos países do mundo.

Numa sociedade capitalista, em que se enfrentam as duas classes, a dos exploradores e a dos explorados, a luta de classes é uma consequência inevitável. Porque jamais se poderá misturar e fundir a água com o fogo.

Para ajudar na luta de classes, os Sindicatos têm de ter uma orientação firme e dirigida para a acção: **NÃO PODE HAVER O PROGRESSO DA CLASSE OPERÁRIA SEM LUTAS DURAS E CONSTANTES DA SUA PARTE, CONTRA AS FORÇAS CAPITALISTAS E REACCIÓNARIAS INIMIGAS.**

Os Sindicatos devem, pois, ser, em primeiro lugar, organizações de acção. O seu papel essencial é a união e a organização dos trabalhadores, tendo em vista a acção. A solidariedade dos operários entre si é uma solidariedade de classe na luta contra o Capital.

A sua orientação da luta de classes não poderá, no entanto, ser confundida com agitação por tudo e por nada, na maior parte das vezes verbal e estéril. Não pode ser, também, a aventura irresponsável. É uma concepção profunda que deve levar os militantes sindicais a estudarem os problemas que têm para resolver e a trabalhar em acções que tenham em conta a existência da luta de classes, de maneira a que, em qualquer momento, se possa avalar:

— **Quais os interesses imediatos e futuros da classe operária e quais são, no extremo oposto, os interesses capitalistas em jogo, no sentido de se formularem, com os próprios trabalhadores, as palavras reivindicativas que sejam, para cada caso, as mais justas.**

— **As relações de forças existentes, as que são favoráveis aos trabalhadores e as que são desfavoráveis, assim como o grau real da disposição de combatividade e de consciencialização dos trabalhadores. E isto para se poder precisar**

convenientemente com esses mesmos trabalhadores os meios e as formas de acção mais adequadas.

Esta orientação não se poderá também cingir exclusivamente à concepção dum oposição de classe apenas circunscrita ao domínio económico. Porque a luta de classes tem um campo mais amplo, pois além de económico, abrange igualmente o campo social, o ideológico e o político. Os militantes sindicais têm de saber ver e analisar a complexidade e os diversos aspectos da luta de classes, para que o Sindicato possa melhor conduzir uma acção ampla, incidindo em primeiro lugar, evidentemente, a sua acção para a defesa das reivindicações económicas e sociais, mas incidindo, igualmente para a defesa das liberdades democráticas, na defesa das conquistas revolucionárias alcançadas após o 25 de Abril e na defesa e manutenção da Paz no mundo. Isto, naturalmente, com um espírito de reforço na luta de ideias com que todo o trabalhador, todo o militante sindicalista deve travar, com que deve enriquecer-se.

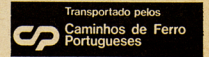
## É UMA LUTA DIÁRIA

A luta quotidiana é necessária para limitar e, mesmo, travar a injustiça e todos os outros perniciosos efeitos da gananciosa exploração capitalista. Essa luta pode ser feita, reforçada, melhorada por efeitos de pequenas lutas que diariamente surtem no decurso da acção de cada trabalhador. Acabar com a luta quotidiana pela defesa das reivindicações dos trabalhadores significaria, em primeiro lugar, abandonar a classe operária à exploração sem piedade dos capitalistas. Seria atentar contra os seus próprios interesses imediatos. Seria, além disso, condená-la no futuro à escravatura capitalista e a uma maior miséria.

É na luta quotidiana que é possível obter-se importantes êxitos. Esta luta tem de ser permanente, pois que a seguir a um sucesso qualquer da classe operária, a burguesia, os capitalistas, voltam à carga para tentarem reaver e, se possível, mais, até do que tinham sido obrigados a ceder em determinada circunstância.

A luta quotidiana e permanente eleva o nível de compreensão e a combatividade da classe operária, forja organizações poderosas e militantes corajosas e capazes, aptos a defenderem com sucesso os interesses da classe a que pertencem.

A classe operária faz, dessa maneira, a sua própria experiência, o que leva a considerar evidente que, para acabar com a exploração capitalista, é preciso ACABAR COM O PRÓPRIO CAPITALISMO. Alcançar este objectivo representará para os trabalhadores a sua completa emancipação.



**COMUNICADO DA INTERSINDICAL NACIONAL SOBRE A CONTRATAÇÃO COLECTIVA E POLÍTICA DE SALÁRIOS**



# NÃO À RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

**COMUNICADO CONTRATAÇÃO COLECTIVA**

1. Através da nota oficiosa que refere os trabalhos do Conselho de Ministros do passado sábado, dia 28 de Fevereiro, tomaram os trabalhadores conhecimento da decisão ministerial sobre a contratação colectiva. O ministro Tomás Rosa declarou na mesma altura que não se referia a aspectos concretos do diploma aprovado porque este só teria sentido visto em conjunto com o diploma de política salarial que o governo ainda não aprovava.

2. A Intersindical reafirma a posição, apoiada em muitas dezenas de resoluções dos trabalhadores, de que as leis que lhes dizem respeito devem ser amplas e democraticamente debatidas.

3. A Intersindical condena a ingerência no movimento dos trabalhadores que o Ministério do Trabalho persiste em ensaiar através do chamado *DROT*, que efectua pseudo consultas para se permitir apresentar a política antioperária (que decidira previamente) como resultado dessa consulta.

4. O Secretariado da Intersindical Nacional não pode deixar de protestar contra a política seguida pelo Ministério do Trabalho que insiste em continuar a elaborar diplomas vitais para os trabalhadores sem dar oportunidade a que estes sejam amplamente consultados, que continua a manter no segredo dos deuses (e da CIP?) a concretização da política antioperária.

A estrutura sindical, que continua sem ter conhecimento do diploma aprovado sobre Contratação Colectiva, tem desenvolvido um amplo esforço de discussão e esclarecimento dos trabalhadores sobre a política salarial, e de contratação colectiva, que servirá de base às decisões que serão tomadas no plenário da Intersindical do próximo dia 13 de Março.

5. O Secretariado da Intersindical reafirma que qualquer política salarial e de contratação colectiva deve ter pelo menos os seguintes pontos (que constam nas conclusões do Conselho Geral da Intersindical de 13/2/76):

**CONTRATAÇÃO COLECTIVA**

a) «A Contratação Colectiva deve ser liberta da intervenção do Estado e das regras e processo que limitem as formas de luta dos trabalhadores».

**PRAZOS DE DURAÇÃO DOS CONTRATOS**

b) «A experiência do movimento sindical indica que os prazos de vigência dos CCT não devem ser nunca superiores a um ano, devendo admitir-se casos em que sejam inferiores, nomeadamente se houver cláusulas que previnjam a abertura de negociações se os preços atingirem um determinado aumento.

A Convenção deve produzir efeitos desde a data de apresentação da proposta (na parte quantificável em dinheiro), o que terá como efeito acelerar todo o processo de negociação».

**CONTRATAÇÃO COLECTIVA NAS EMPRESAS NACIONALIZADAS**

c) «As empresas nacionalizadas deverão intervir na negociação colectiva em posição autónoma do patronato privado representado pelas associações patronais, porque há interesses diversos a defender. É de combater a ideia de criar associações regionais ou sectoriais que permitam a negociação colectiva com os sindicatos, pois o que é fundamental não

é criar «força negocial» face aos sindicatos mas sim organizar e coordenar a actividade dessas empresas com base no controlo operário e na participação dos trabalhadores, única forma de impedir a sua recuperação capitalista e pô-las a funcionar para servir os interesses do povo português, pois foi para isso que as nacionalizações se fizeram e foi por isso que foram apoiadas.

**SALÁRIO MÍNIMO (E MÁXIMO) NACIONAL**

d) «Impõe-se a actualização imediata do salário mínimo nacional e a rigorosa fiscalização da sua aplicação, como medida para defender o poder de compra das classes trabalhadoras, para reduzir os leques salariais, tendo ainda consequências a nível dos reformados».

«O limite do congelamento deve ser elevado, para 15 mil escudos. Também neste caso os trabalhadores através do controlo operário devem ser os únicos a poder autorizar a ultrapassagem

deste princípio desde que a necessidade de funcionamento da empresa e a defesa dos postos de trabalho o exijam».

**DEFINIÇÃO JUSTA DE UMA POLÍTICA DE SALÁRIOS**

e) «A ligação dos salários à capacidade económica dos sectores de actividade ou das empresas não pode continuar estabelecida da forma do decreto-lei 292/75, que a prática já demonstrou inviável do ponto de vista técnico e político, nem devem ser «estabelecidas normas durante um período de dois ou mais anos até que os problemas da crise estejam minorados» como pretende o Ministério do Trabalho, pois não é com este tipo de medidas que a crise «se minorará». Só o Controlo Operário, a luta contra a recuperação capitalista e a efectiva colocação da economia ao serviço do povo português permitirão resolver as crises características do sistema capitalista».

## SAUDAÇÃO AOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

A Intersindical saúda os trabalhadores da Função Pública pela significativa vitória que constituiu a formação do seu sindicato. A decisão tomada pelos trabalhadores da Função Pública da Região Sul, em votação realizada no passado sábado, representa a concretização de um direito inalienável que, pela sua importância, interessa aos trabalhadores em geral.

A Intersindical está certa de que a nova organização sindical contribuirá positivamente para a luta pela unidade dos trabalhadores, pela consolidação das conquistas revolucionárias do povo português e pela construção de uma sociedade que ponha fim à exploração do homem pelo homem.

O Secretariado da Intersindical



## Notícias breves

Os metalúrgicos paralisaram. Paralisaram e venceram! Tal como «Avança» noticiou no número anterior, os procedimentos do Ministério das Corporações, levados até à discussão nas bases, mereceram dos Metalúrgicos um sério aviso que se concretizou na paralisação de duas horas no dia 26 de Fevereiro. E que incompreensivelmente, o Ministério que devia ser do «trabalho», foge ao diálogo com os trabalhadores... provoca... divide!

Para os dirigentes da Federação dos Metalúrgicos, a adesão à paralisação pode-se considerar quase total, conforme as percentagens que transcrevemos:

**Evora e Beja** mais de 90%; **Alentejo** mais de 90%; **Braga** cerca de 70%; **Coimbra** mais de 90%; **Faro** mais de 90%; **Funchal** mais de 80%; **Guarda** mais de 70%; **Leiria** 90%; **Lisboa** mais de 95%; **Porto** 75%; **Santarém** mais de 90%; **Setúbal** mais de 90%; **Viana do Castelo** 85%; **Vila Real** 80%; e **Viseu** 90%.

### «CAMPANHA DA GARRAFA» PARA A REFORMA AGRÁRIA

Acitam-se ofertas de garrafas de todos os tamanhos e bodes de vidro, bem lavados, para entrega gratuita às unidades colectivas de produção.

A entrega pode ser feita nos seguintes locais:

→ **ARMAZÉM DA CRA** — Cooperativa Reforma Agrária — Rua General Celestino Silva n.º 2-B (junto à estrada da Luz) — das 16 às 19h nos dias de semana — das 9 às 13h aos sábados.

→ **CRARA** — Setúbal — R. Diário Setubalense 21-23; Setúbal — das 9 às 13 e das 15 às 19h nos dias de semana — das 9 às 13 aos sábados.

→ **CRARA** — Almada — Vinhosl — Av. D. Leonor n.º 19-A-traseiras — Cova da Piedade — todo o dia.

As comissões de moradores e de trabalhadores poderão organizar a distribuição e o transporte colectivo das garrafas.

### COOPERATIVA REFORMA AGRÁRIA

Ainda sobre o caso da Têxtil Manuel Gonçalves e particularmente sobre a situação dos trabalhadores suspensos, a Intersindical Nacional enviou ao Conselho de Ministros um telex do seguinte teor:

«O Secretariado da Intersindical Nacional, tomando conhecimento da discussão, hoje, em Conselho de Ministros da situação dos trabalhadores arbitrariamente suspensos da Têxtil Manuel Gonçalves, o que contraria decisões oficiais, manifesta viva indignação, face à prepotente atitude da entidade patronal.

Impõem-se medidas firmes tendentes à reintegração imediata destes trabalhadores, respeitando-se assim as decisões já tomadas pelo Governo».

Lisboa, 5/3/76

O Secretariado da Intersindical Nacional

# FIRESTONE: QUE FUTURO PARA OS TRABALHADORES

«Os trabalhadores sentem que há vigiar no pagamento dos retroactivos referentes ao Acordo Colectivo de Trabalho» — Esta a explicação de fundo para o caso FIRESTONE, conforme declarações dos camaradas Fernando (delegado sindical dos Químicos) e Macedo (da direcção do Sindicato dos Químicos de Setúbal), à nossa reportagem.

Na Firestone, em Alcochete, alguns trabalhadores aguardavam, nos seus postos, as conclusões da reunião que se estava a efectuar (sexta-feira) no Ministério do Trabalho. Para eles era imprevisível a decisão que à mesa das conversações viesse a ser tomada pelos representantes do Ministério, pelos administradores, e pelos seus camaradas de trabalho. Uma coisa porém começaram por nos fazer sentir. A televisão relatava ao contrário tudo o que realmente se estava a passar, e o Ministério da Administração Interna para fazer o comunicado, profusamente lido pelos órgãos da TV e Rádio sobre o caso, não tinham delatado nenhum a Alcochete — e a verdade da situação estava à vista.

Para os trabalhadores, a administração tinha cometido «irregularidades e ilegalidades» no pagamento dos retroactivos, cinco vezes que foi convidada a explicar-se, cinco vezes atirou com um «não» para a frente dos trabalhadores.

Ninguém entendia como é que os trabalhadores com a mesma categoria profissional, salário igual, trabalhando em máquinas idênticas e turnos simultâneos, vieram a receber retroactivos substancialmente diferentes. Esta e outras irregularidades deviam ser «rectificadas» a quando do pagamento da segunda e última prestação, em 23 de Fevereiro.

Isto mesmo foi comunicado, aos diferentes órgãos do Governo, pela entrega de uma moção da qual transparecia já a disposição de encetar as formas de luta achadas convenientes para o efeito.

Os administradores americanos, além de recusarem toda e qualquer explicação aos 527 trabalhadores da fábrica de Alcochete, negaram-se também a comparecer, por duas vezes, na delegação do Ministério do Trabalho de Setúbal, para onde foram convocados com o mesmo fim.

### PORTÕES FECHADOS COMEÇA A PARALISAÇÃO

Em 1 de Março sucedeu mais uma «nega» da administração, numa altura em que os trabalhadores viram baldadas as suas tentativas de diálogo — sim, o problema era um questão de diálogo, de esclarecimento, de justificação, se é que a havia!

Aconteceu então que o técnico de contabilidade abandonou subitamente a fábrica e o director de produção preparava-se para outro tanto quando os trabalhadores o deliveram. A notícia espalhou-se de boca em boca, de secção em secção, a Comissão Sindical foi posta ao corrente da iniciativa dos trabalhadores, o portão foi fechado e a pouco e pouco, sem prejuízo do material, a fábrica paralisou.

Sucederam-se depois as idas e vindas da Setúbal da parte dos trabalhadores, as reuniões a realizarem-se, teriam lugar nas instalações da fábrica, donde os administradores não deviam sair sem se sentarem à mesa das conversações. O Ministério do

Trabalho, através do dr. Faulha, e mais tarde o comandante militar e o comandante de Sector, da GNR, mostraram-se, porém mais interessados na «libertação» dos americanos do que na resolução do conflito.

### SEQUESTRADOS?

«Eles estiveram retidos estes dias todos porque não quiseram vir falar com os trabalhadores — explicaram os membros da Comissão Sindical, que salientaram bem o seu papel de mandatados pelos trabalhadores. — O administrador e o director de Produção, apesar de retidos, são livres de todos os movimentos cá dentro da fábrica; olhe, ao ponto de querermos tirar umas fotocópias e não poderemos, pois não obtivemos licença deles... que o digam os repórteres do «Diário Popular» que foram recebidos lá fora, por que nos foi recusada uma sala para a entrevista — E comentaram: — Como pode a televisão falar em sequestro, mesmo depois de nós lhes termos chamado a atenção?».

No quarto dia de paralisação os Sindicatos dos Químicos e Escritórios de Setúbal entraram activamente na luta, contando com a aderência do Sindicato dos Fogueiros, da Ordem dos Engenheiros e Sindicato dos Electricistas.

A noite do mesmo dia, o súbito aparecimento dos Comandantes Militar e de Sector, precipitou os acontecimentos. Para eles era um «crime» o que se estava ali a passar. O Ministério do Trabalho não usando o termo, exigia, porém, em telex de que era portador o dr. Ferreira Bastos, a libertação imediata dos americanos. Para os trabalhadores não havia qualquer crime e foi isso



que eles procuraram explicar a quem estava mais preocupado com os americanos do que com as irregularidades que aquela administração tinha cometido.

Já neste adentro, o Ministério do Trabalho encostou os trabalhadores à parede com a ameaça de recorrer à intervenção do Ministério da Administração Interna, não sem antes a Comissão Sindical ter de ouvir algumas originais, como a do dr. Gama Vieira que, lá do outro lado do telefone, diz que «a Comissão Sindical não precisava de auscultar os trabalhadores para tomar decisões...»

### COMISSÃO PARTIÁRIA

Reunidos de emergência uns 250 a 300 trabalhadores, tomaram então a decisão de libertar os administradores americanos, comprometendo-se estes, por escrito e perante o Comandante Militar a comparecer com os trabalhadores numa reunião que devia ter lugar no dia seguinte (sexta-feira) no Ministério do Trabalho.

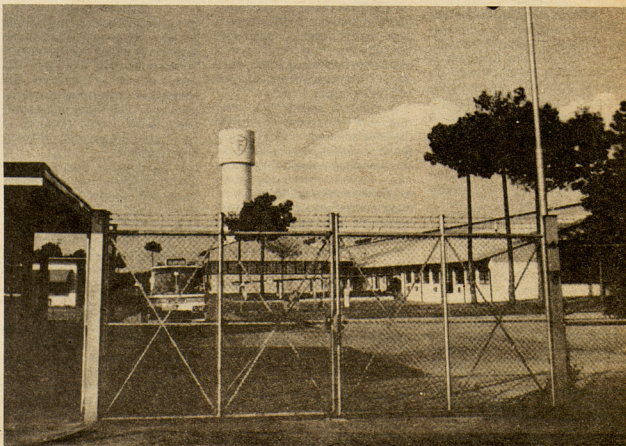
Assim aconteceu, mas quanto a explicações, sobre a forma como foram pagos os retroactivos, nada! A reunião, vencida toda a oposição do Ministério do Trabalho, estiveram presentes cerca de 150 trabalhadores. «Devemos fazer uma crítica — acrescentou um dos camaradas — ao Ministério do Trabalho que mais uma vez se mostrou muito mais ao lado do patronato que ao lado dos trabalhadores, isto ao longo de todo o conflito!»

Da reunião saiu uma Comissão Paritária que deveria apresentar até às 20 horas do passado domingo, uma explicação satisfatória, de que ficou dependente, aliás, a continuação ou não da paralisação.

Firestone — que futuro para milhar de trabalhadores, numa fábrica onde a administração americana não tem explicações a dar sobre as arbitrariedades cometidas?

Firestone — que futuro para trabalhadores que de explorados sucumbem lentamente ao grau tóxico dos produtos e à falta de segurança no trabalho?

Firestone — que futuro para os trabalhadores?



# GUÉRIN EM LUTA

ALAVANCA acompanhou a paralisação dos metalúrgicos, visitando alguns departamentos da Sociedade Comercial Guérin. Também eles estão em luta contra uma administração que se negou a cumprir a Portaria dos Metalúrgicos que estabelece o pagamento dos retroativos até ao passado dia 8 de Janeiro.

A Guérin paralisou, integrando-se assim na luta mais vasta dos Metalúrgicos, em geral, e procurando forças para levar avante a luta que se desenvolve dentro da empresa.

No Departamento 3, à Avenida Gago Coutinho, enquanto um elemento da Comissão de Trabalhadores e Delegados Sindicais procedia a um esclarecimento sobre a paralisação, fomos infor-

mais dos operários, pelo seu trabalho, terem conseguido um! exaustor de fumos, luz suficiente, bar/refeitório e lavabos em condições. O não cumprimento dos prazos de entrega — explicaram eles — deve-se ao antigo administrador José Machado que tem organizado o mais descarado «boicote» no fornecimento das peças.

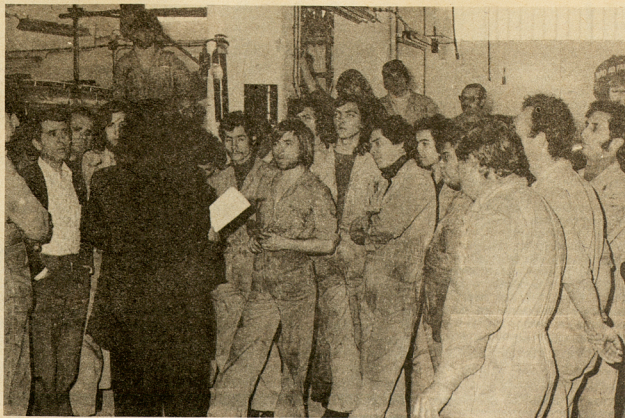
O Departamento 10, com cerca de 55 trabalhadores, aderiu também à paralisação, excepto na parte das «peças».

Também ali as condições de trabalho não são famosas. É a chuva, é o exaustor de fumos que não dá o rendimento preciso e ainda um problema que os ultrapassa completamente — a falta de peças — e que aliás não sabem exactamente a quem se deve se ao país de origem, se ao boicote nas entregas.

Este Departamento está a ser reestruturado pela iniciativa e trabalho de todos eles, que entre outras coisas já melhoraram o bar-refeitório.

Na Electro-Bombarda, Departamento 7 da Guérin, os operários referindo-se à administração, disseram-nos: «Eles não conhecem isto aqui».

São 20 trabalhadores, unidos por um fato macaco esverdeado que lhes leva a saúde com as máquinas de polir metais. Envelhecidos por anos que não contam, eles lembram que antigamente só faltava o chicote! «A



construir um refeitório. Mas há lá, ainda, locais de trabalho à chuva; quanto aos vestuários mete medo lá entrar. E assim na Electro-Bombarda em Alvalade.

Não nos interessam mais Departamentos, queremos só saber como é ainda possível aliar péssimas condições de trabalho e «negas» no cumprimento da Portaria dos Metalúrgicos, que abrange a maior parte dos 1500 trabalhadores da empresa, com administradores a levar os seus 43 contos, 300 litros de gasolina, carros, seguros e tudo à borla!

Em conversa com um membro da Comissão Coordenadora da Comissão de Trabalhadores e Delegados Sindicais da Guérin fomos informados de outras anomalias e injustiças que explicam bem a luta dos trabalhadores da Guérin.

A situação deficitária da em-

despesa devia incidir sobre as classes mais favorecidas (vendedores, etc.), sendo tal recusado pela administração, alegando que os órgãos representativos dos trabalhadores estavam a invadir a esfera de competência da mesma».

São tomadas de posição e injustiças como estas que puxam os trabalhadores para a luta, exigindo então à administração o pagamento dos retroativos em atraso e o aumento das senhas de almoço para 50\$00. A administração recorre a várias evasivas, ameaça com o Ministério do Trabalho e tenta toda a espécie de manobras divisionistas. «No dia 4 de Fevereiro — prosseguiu aquele membro da Comissão Coordenadora — a administração recusou-se ao diálogo no Ministério do Trabalho, pelo que fomos obrigados a recorrer à paralisação progressiva, num total de 15 horas, exigindo uma resposta concreta à administração».

Depois de idas e vindas sem fim ao Ministério do Trabalho, a administração respondeu com um comunicado «atentório da dignidade dos elementos da comissão de Trabalhadores e Delegados Sindicais» em que se propõe pagar os retroativos entre Abril e Novembro de 1976.

Posteriormente, e depois deste comunicado ter sido repudiado em Plenário de Delegados Sindicais, emite novo comunicado, datado de 26 de Fevereiro em que, invocando diminuição de receitas, fixa como data para o pagamento dos ordenados de Fevereiro, o dia 4 de Março.

Na opinião, fundada, da Comissão Coordenadora a «diminuição de receitas» é uma mentira. «Mais uma vez, é evidente a incapacidade da administração para resolver os problemas de fundo da empresa; com todo o prejuízo que isso acarreta para as classes trabalhadoras».

Entretanto apareceu uma suposta «Comissão de Luta», que tomando o partido da administração, passa por cima dos órgãos representativos da classe, para fazer o jogo do capital, tentando dividir os trabalhadores. Não foram eleitos, foram, isso sim, repudiados em plenário da empresa mas teimam na sua acção divisionista.

A tudo isto estão atentos os trabalhadores da Guérin.

O dia 3 de Março é data para mais uma reunião no Ministério do Trabalho. Será que a administração vai continuar a falar às convocatórias daquele Ministério? Que faz o Ministério do Trabalho?

## MOÇÃO

*A classe operária e trabalhadora da Sociedade Comercial Guérin SARL, reunida em plenários de zona na paralisação de 2 horas, no dia 26/2/76, decretada pela metalurgia nacional e aproveitandose das ditas horas para discutir os problemas que afectam todos os trabalhadores da metalurgia em geral.*

**Repudiam:**  
O aumento do custo de vida.  
O congelamento da contratação colectiva.

*A recuperação capitalista.*  
*A política antoperária e antitrabalhadora do Ministério do Trabalho.*

**Exigem:**  
Recomeço imediato das negociações do CCT vertical da metalurgia e metalomecânica.  
Cumprimento da portaria de 8 de Setembro.

*Reavaliação imediata das credenciais às comissões de trabalhadores.*

**Controlo operário da produção.**

**Controlo dos trabalhadores sobre a Previdência.**

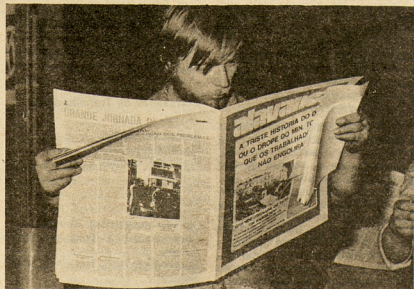
**Pelo direito ao trabalho.**

**Lutar, vencer, operários ao poder!**

**Contra o terrorismo, pelas liberdades e pela democracia.**

**Unidos Venceremos!**

(Aprovada por maioria)



certa altura fizemos uma greve (baixa de rendimento) e fomos todos dados como comunistas.»

Hoje o trabalho daquele Departamento, se bem que em péssimas condições, deve-se ao sacrifício de todos eles e à colaboração dos outros Departamentos porque «a administração não mexe nem uma palha».

Depois de várias «exposições», que chegam até à possibilidade de aumentar os postos de trabalho, mas a que a administração não tem ligado nenhuma, tiveram que ser os trabalhadores, com os seus próprios meios, a improvisar um esquentador e a

presa justificou a certa altura que os trabalhadores prescindissem das senhas de almoço e que os trabalhadores vendedores reduzissem de 160 para 120 litros o consumo de gasolina a que têm direito. Mas a administração, que continua com os seus escandalosos vencimentos, deu-se ao luxo de recusar esta sugestão.

Em Dezembro de 1975 — declarou o nosso interlocutor — a administração informa que as possibilidades de sobrevivência da empresa dependem da redução das despesas e aumento das receitas. Reunidos em Plenário decidimos que a redução de

LÊ  
ASSINA  
E  
DIVULGA

alavanca

1

Quando conquistas fundamentais dos trabalhadores estão em perigo, como as nacionalizações e a Reforma Agrária, que a escalada do capital recebe proteccionismos governamentais e que o terrorismo ameaça a liberdade, a paz e a democracia; quando o viver se torna cada vez mais difícil, derivado da galopante escalada de preços e do congelamento de salários; quando o Ministério do Trabalho pretende estrangular centenas de empresas recuperadas da miséria pelos trabalhadores; quando, numa situação conturbada como esta, os trabalhadores têm que se opor com eficiência à exploração capitalista, é fundamental e prioritário que para tal discutamos amplamente os nossos problemas e criemos amplas bases de acção comum. O entendimento, a compreensão, são a base indispensável para a forte unidade.

Tentando contribuir para esse debate amplo dos nossos problemas e formas de acção, um Secretariado formado por:

União dos Sindicatos de Setúbal, Sindicato dos Químicos do Sul, Sindicato dos Têxteis do Sul, Sindicato da Construção Civil de Setúbal, Sindicato dos Corticeiros de Setúbal, Sindicato dos Trab. de Comércio de Setúbal, Sindicato dos Ferroviários do Sul, Sindicato da Indústria de Carnes, Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal, Sindicato dos Estivadores de Setúbal, Sindicato dos Agricultores de Setúbal e as comissões de trabalhadores



# SETÚBAL EM DEFESA DAS CONQUISTAS FUNDAMENTAIS ENCONTRO DISTRITAL E ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES

de: Carnes do Montijo, Mompur, Equimetal, CUT da CUF, H. Parry e Son, Setenave, Siderurgia, Câmara Municipal do Barreiro e União Local de Sines, vai levar a efeito a breve espaço de tempo, um encontro distrital de organizações de trabalhadores.

Preparar desde já trabalhos para este encontro é contribuir com a quota parte muito importante para o seu êxito. Organização, controlo operário, Reforma Agrária, Contração, Saúde, Previdência, Ensino, Mulheres Trabalhadoras e outros temas, são, desde já, alguns que procuramos discutir.

**UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!**

O Executivo do Secretariado do Encontro Distrital de Organizações de Trabalhadores

2

**CAMARADAS:**

1. Desde os primeiros tempos da Revolução Industrial, há quase 2 séculos, que os operários e demais trabalhadores explorados, sentiram a necessidade de se organizarem para melhor fazerem frente à onda de exploração e que começavam a ser sujeitos. Começou assim, algumas dezenas de anos mais tarde, o esboço dos primeiros Sindicatos Operários.

De então para cá, o movimento tem sido ininterrupto. O aumento da consciência de classe dos explorados levou-os a aperfeiçoar a sua organização e, assim, contribuírem para uma mais igualitária justiça social.

Como seria de esperar, essas organizações dos explorados na defesa dos seus interesses, cedo encon-

trou obstáculos da mais vária ordem por parte das classes burguesas dominantes. Todos nós estamos lembrados, infelizmente, da repressão exercida sobre os sindicatos quando estes, no tempo do fascismo salazarista/caetanista, cumpriram a sua missão ao serviço dos explorados.

2. Hoje, como ontem, os explorados têm conquistas a defender e metas a atingir. Temos que defender o Controlo Operário, as Nacionalizações, a Reforma Agrária, a Gestão da Previdência pelos trabalhadores. Essa defesa só se conseguirá quando atingirmos uma coisa: a união entre todos nós. Os interesses de um operário metalúrgico são os mesmos de um camponês ou de um empregado de serviços. O capitalismo não faz distinção para atacar este ou aquele; basta só que o empregado de escritório levante a sua voz de explorado para que o explorador o tente abater.

A divisão entre trabalhadores, ou mesmo a divisão entre órgãos de trabalhadores foi sempre o objectivo que o fascismo procurou. Por isso, camaradas, hoje como no tempo de Salazar e Caetano, não nos deixemos enganar, seja por quem for, lutemos firme e tenazmente contra a divisão entre Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais, pois é no momento a tarefa mais importante que a direita pôs a si mesmo, como forma de dividir os trabalhadores, voltando assim os bons tempos de: **DIVIDIR PARA GOVERNAR.**

3. O inimigo é forte e todos, infelizmente, temos consciência disso. Alheiamos-nos da sua força e dos frutos de que dispõe e servir os seus interesses. Enquanto o esqueçamos ele organizou-se para nos atacar e cada vez mais refinadamente nos

explorar. A sua força é tão grande que, servindo-se das nossas opções partidárias nos põe contra os nossos camaradas e nos divide, enquanto que ele não se divide e assim ganha força para nos vencer.

Devemos ter a consciência que não somos os melhores, o capital tem a seu favor a técnica, a psicologia, o dinheiro para encontrar os processos mais eficientes e capazes de dividir as massas populares, que unidas conduzirão a Revolução para uma sociedade que a todos (menos ao capital) interessa.

4. As únicas armas que as massas trabalhadoras e populares têm, é a organização e a persistência tenaz, para encontrar as formas de luta correcta contra o capitalismo.

Foi conscientes dessa necessidade que os Sindicatos e Comissões de Trabalhadores de empresas do distrito de Setúbal, decidiram reunir-se num Encontro Distrital de Organizações de Trabalhadores e dar sequência à discussão dos problemas que nos afligem. Discutir-lhes, compreendê-los e encontrar a forma correcta de saná-los, é uma tarefa que compete à classe operária, vanguarda organizada das massas trabalhadoras.

A luta que se antevê é dura, mas será vitoriosa. Ela visa uma meta a que todos aspiram: uma sociedade mais igualitária, mais justa, em que os nossos filhos tenham direito à saúde, ao ensino, à cultura, temos em suma que atingir a meta da sociedade socialista.

**UNIDOS LUTEMOS CONTRA O FASCISMO!  
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!**

O Secretariado Provisório do Encontro de Organizações de Trabalhadores

União dos Sind. de Setúbal  
Sind. Trab. Químicos do Sul  
Sind. Têxteis Lanif. e Vestuário do Sul  
Sind. Constr. Civil do Distr. Set.  
Sind. Cortic. Distr. de Set.  
Sind. Ferroviários do Sul  
Sind. Indústrias de Carnes do Montijo  
Sind. Metalúrgicos do Distr. Set.  
Sind. Estivadores do Distr. Set.  
Sind. Comércio do Distr. Set.  
União dos Sind. de Sines

**Comissões de Trabalhadores**

Carnes do Montijo  
Mompur-Barreiro,  
Equimetal-Barreiro  
CUT-Cuf  
Parry Son  
Setenave  
Siderurgia  
Câmara Municipal do Barreiro  
Secretariado de C. Trabalhadores de Almada  
Secretariado de C. Trabalhadores de Setúbal

3

**CAMARADA:**

A realização do nosso Encontro é uma necessidade concreta da realidade que vivemos, mas uma coisa é certa, só será uma grande jornada de luta, se tu, na tua Comissão de Trabalhadores ou na tua Comissão de Delegados Sindicais, contribuíres para a participação efectiva de todos os camaradas, enriquecendo assim o debate dos temas que serão o caminho correcto para a resolução dos nossos problemas, e nos condu-

zirão a uma Sociedade mais justa, onde não mais seja possível a exploração do homem pelo homem.

**1. ORGANIZAÇÃO NA EMPRESA — CONTROLO OPERÁRIO — LIGACÃO AOS ORGANISMOS DE PODER POPULAR**

As Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais pertencem um trabalho árduo e conjunto onde a unidade e a organização permitirão encontrar as soluções para os problemas concretos na Empresa com vista à sua Socialização. Tens dúvidas? Vem participar no encontro e encontrarás o caminho a seguir.

**2. UNIÕES LOCAIS — SECRETARIADOS DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES**

A que nos conduzirá a interligação destas Organizações de Trabalhadores? Será válida ou não? Não mantenhams a dúvida, nem deixes que os outros trabalhadores a mantenham. Será neste Encontro que todos nós numa discussão franca e democrática, concluiremos da necessidade ou não de ligação e da forma como será feita para resolver os problemas concretos que determinam o seu funcionamento.

**3. SINDICATOS — VERTICALIZAÇÃO — ORGANIZAÇÃO POR RAMO DE ACTIVIDADE**

O que é a verticalização? Quais as vantagens e desvantagens da verticalização? Duas perguntas que se põem a muitos trabalhadores. Vem saber as respostas. Os Sindicatos, Organismos de classe dos trabalhadores, muito nos têm a dizer sobre estes assuntos.

**4. PREVIDÊNCIA — REFORMA DOS — SAÚDE**

Com que Segurança Social podemos contar? Que assistência temos antes e depois de nascer? Que garantias de sobrevivência temos depois de termos dado todo o nosso esforço para a construção da sociedade? Quem tem direito à saúde no nosso país? O que é a Previdência? Que medicina se faz em Portugal? Estes problemas discutirás no nosso Encontro.

**5. CONTRATAÇÃO COLECTIVA**

Os contratos colectivos abrangem grandes grupos de trabalhadores dentro das empresas e obrigam as entidades patronais ao cumprimento do que previamente foi estabelecido pelas duas partes. Quanto maior for a tua participação, com a tua experiência dos problemas para a elaboração do teu Contrato Colectivo, mais rapidamente avançaremos para uma sociedade mais igualitária onde cada um receberá aquilo a que tem direito.

Começa já a discutir estes temas com os teus camaradas e a preparar os trabalhos que apresentarão no Encontro. Não te esqueças que a participação de todos é a garantia de que avançamos mais um passo no caminho para o Socialismo.

**NOTA:** Este Secretariado funciona na sede dos Sindicatos do Barreiro, Rua Miguel Pais, 35-A, Tel. 2073109 (Contactá-nos).

**NOTA:** O Encontro realiza-se nos dias 3 e 4 de Abril em Setúbal  
**UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!**



# PANIFICAÇÃO: OS PATRÕES NÃO CUMPREM A LEI

«Os trabalhadores da Panificação são obrigados a infringir a lei para poderem ganhar o pão de cada dia» — denunciaram em conferência de imprensa os delegados e dirigentes sindicais do sector, que durante a semana anterior correram do Ministério do Trabalho para o Conselho da Revolução e deste para S. Bento à procura de quem ponha os patrões na lei.

«Os trabalhadores da Panificação não podem conformar-se com a ideia de que o Governo não tem autoridade para impor uma lei que é sua e por isso, estão na disposição de, consultados os trabalhadores, passar a formas de luta superiores reponsabilizando desde já o Governo pelo que possa vir a acontecer.»

Há trabalhadores que são obrigados, pela força da caçadeira, a pegar às 4 horas da madrugada. Há jovens de 14 e 15 anos que são espancados pelos pais para entrarem na furgoneta que os irá despejar, às 4 horas, na padaria. Na Panificadora Reunida de

Queluz, 25 trabalhadores foram suspensos por quererem cumprir a lei (início às 6 horas, 6:30 e 7 horas respectivamente para amassadores, ajudantes e fornecedores) — e nada fez o Governo!

No Porto os industriais de Panificação formaram uma «Comissão de Luta», que se propõe «Lutar contra a Lei e Lutar contra os Trabalhadores»... e com êxito, pois o próprio Delegado de Inspeção do Trabalho cruzou os braços e reconhece a impotência do Ministério perante esta Comissão de Luta.

Em Vila Nova de Gaia, a PSP, chamada pelos trabalhadores que se propunham cumprir a Portaria de Regulação do Trabalho não cedendo a pressões quer do patronato quer dos distribuidores e do público, aconselhou os circunstantes a «constituírem o Sindicato e a atrair pela janela fora os dirigentes, como os únicos culpados de tudo». Quando a PSP fala assim...!

O trabalho diurno será aceite pelas entidades patronais no

caso de o pão subir para 18\$00 o quilo. Perguntamos: quais são então as verdadeiras razões da oposição dos patrões ao horário diurno? Na região de Aveiro parece que o problema toca na «venda livre» do pão e dos fabricantes clandestinos. No entanto parece que avulta entre os patrões, a ideia de aproveitar a luta dos trabalhadores para elevar a «carcaça» aos nove tostões.

Os Sindicatos são contra o aumento do preço do pão. E lembraram os subsídios do Governo... e quem eles realmente beneficiam. Os industriais adquirem a farinha «em rama», depois de subsidiada pelo Governo, a 4\$00 o quilo. Penetra daqui, peneira dali, ainda vão vender o farelo a 5\$00 o quilo.

Mas há mais: a farinha de 2.ª, subsidiada pelo Governo, em vez de ser utilizada no pão que os trabalhadores comem, é desviada, por muitos industriais para a alimentação do gado! E esta?

Afinal quem governa este País? — Os patrões com as suas



comissões de luta e caçadeiras? Os Trabalhadores da Panificação entendem que se dirigiram a quem de direito e portanto, doravante, estão autorizados a

deitar mão das formas de luta mais eficazes para fazermos cumprir uma lei que o Ministério de Tomás Rosa comodamente, diz não poder fazer cumprir.

## ENCONTRO DE TRABALHADORES EM AVEIRO

A União dos Sindicatos de Aveiro promoveu em 28 de Fevereiro um encontro de delegados sindicais, comissões de trabalhadores e direcções sindicais, pondo assim em execução a decisão do plenário de Inter-sindical Nacional de 24 de Janeiro.

Realizada no Sindicato dos Sapateiros de S. João da Madeira, cuja sala de sessões ficou repleta, a iniciativa registou a presença de delegados sindicais e comissões de trabalhadores de cerca de 100 (cem) fábricas e empresas do distrito, dos diversos sectores de actividade, bem como de diversos sindicatos, além do Departamento de Organização Sindical do Secretariado Nacional da Intersindical.

Desde os trabalhadores/corfeiros da empresa ARV, até às Confeições Califa, desde os mineiros da EPC até aos gráficos da Lopes & Filhos, desde os metalúrgicos da Flândria até aos trabalhadores do calçado da Columbia, a ordem dos trabalhos foi merecedora de significativa atenção e factor de mobilização.

E compreende-se a organização dos trabalhadores, a política salarial e contratual, a prevenção, o controlo da produção, o aumento do custo de vida e as questões ligadas à reforma agrária, estão cada vez mais na ordem do dia, à medida que o patronato e as forças de direita desenvolvem a sua ofensiva contra os trabalhadores e as suas conquistas revolucionárias.

Com um diálogo bastante participado, não foi possível concluir a ordem de trabalhos, pelo que o encontro prosseguirá em 6 de Março, para discutir os seguintes pontos: política salarial e contratação colectiva, controlo da produção, reforma agrária, aumento do custo de vida. Das conclusões desta primeira parte há a referir em primeiro lugar a urgente necessidade de multiplicar iniciativas deste género. Apenas a título de exemplo, apontamos uma questão apresentada por um trabalhador:

«O patrão da minha fábrica não paga, diz que não tem dinheiro, não liga nada ao que manda a lei. Nós dizemos que ele tem que cumprir a lei. Ele responde que quem não está

bem muda-se. Como é que nós podemos obrigá-lo a cumprir a lei?» — Quase dois anos depois do 25 de Abril e ainda há, infelizmente, trabalhadores que não sabem desencadear processos de luta para fazer cumprir os CCT.

Foi reconhecida a necessidade de dinamizar a vida sindical, promovendo iniciativas que elevem o grau de consciência sindical dos trabalhadores, transmitindo experiências de forma a corrigir os erros e a evitar a sua repetição.

De grande interesse é a conclusão que aponta para a criação de delegados sindicais directamente ligados à União Distrital de Aveiro. Será assim possível desenvolver e aperfeiçoar a acção sindical nos diversos sectores profissionais a nível de empresa. Os sindicatos deverão constituir grupos de trabalho para apoiar a acção das direcções sindicais, desempenhando tarefas específicas no capítulo da dinamização sindical: desporto, boletins sindicais, cultural, etc.

Foram ainda apoiadas na generalidade as conclusões do plenário da intersindical de 24-25 de Janeiro, relativamente ao reforço da organização dos trabalhadores.

Quanto à prevenção, após diálogo que permitiu esclarecer quais os problemas mais prementes neste capítulo, os delegados sindicais e as comissões de trabalhadores reconheceram a conveniência da criação de um conselho consultivo de beneficiários-trabalhadores.

Esta decisão articula-se com o trabalho que tem vindo a desenvolver a comissão administrativa da Caixa de Previdência de Aveiro, com a criação de comissões de trabalhadores-beneficiários na área abrangida por cada posto clínico.

ALAVANCA dirige um convite aos delegados sindicais, as comissões de trabalhadores e aos dirigentes sindicais do distrito de Aveiro: não falem à continuação do encontro, no próximo dia 6, às 14 e 30 horas, em S. João da Madeira. Só os trabalhadores podem resolver os problemas dos trabalhadores, camaradas!

## EM DEFESA DAS COOPERATIVAS E EMPRESAS EM AUTOGESTÃO

Realizou-se em 28 de Fevereiro uma reunião de cooperativas e empresas em autogestão, promovida pelo respectivo secretariado distrital do Porto. O objectivo fundamental da reunião era a apreciação de um anteprojecto de lei, a propor ao Conselho da Revolução. Pretende-se, assim, regulamentar a transferência de poderes de gestão para os trabalhadores.

Os representantes das dezenas de empresas presentes na reunião aprovaram, na generalidade, o texto apresentado, tendo subscrito um voto de confiança ao secretariado para introdução de eventuais alterações técnicas ou correcções.

O texto final do anteprojecto foi apresentado ao Conselho da Revolução pelos secretários distritais de Porto, Coimbra e Lisboa.

Do conteúdo do anteprojecto constam diversas disposições, de que salientamos:

«Os trabalhadores de qualquer empresa privada têm o direito de assumir a gestão da empresa sempre que os gerentes ou administradores a abandonem sem causa legítima e ainda, quando a respectiva gestão for exercida de modo a pôr em sério risco a sobrevivência da empresa ou constitua grave ameaça de redução de postos de trabalho.»

Dispõe-se ainda que os poderes de gestão, só passarão para os trabalhadores depois de um inquérito, que será sempre sumário e urgente, ordenado pelo ministro da Actividade Económica respectiva.

A comissão de gestão que substituirá os órgãos sociais eventualmente destituídos em consequência do

inquérito será eleita em plenário de trabalhadores, e tem como deveres especiais, além da gestão corrente:

— Promover a elaboração no prazo de 30 dias após a tomada de posse de um inventário dos bens que constituem o activo da empresa;

— No mesmo prazo elaborar um balanço corrigido da empresa, reportado há data de entrada em funções da comissão de gestão;

— Manter os trabalhadores da empresa periodicamente informados (de mês a mês) sobre a situação económica e financeira da empresa.

Do anteprojecto constam ainda disposições relativas a dívidas das empresas em autogestão. A duração e termos do mandato do conselho de gestão; ao funcionamento das assembleias de trabalhadores da empresa; aos poderes, direitos e deveres da comissão de gestão, etc.

Foram ainda aprovadas diversas tomadas de posição, nomeadamente:

— Exigência à banca de apoio financeiro às empresas geridas pelos trabalhadores;

— Alerta a todos os trabalhadores beneficiários para as dificuldades levantadas as comissões de trabalhadores pela banca, enquanto que os patrões têm grandes facilidades de crédito.

Exigência de que o governo, através dos ministérios responsáveis (do Trabalho, da Indústria, das Finanças e da Justiça), mande efectuar urgentemente sindicâncias às empresas onde ainda não foram feitas, apesar de pedidas. E que as entidades patronais das empresas onde já houve sindicâncias sejam responsabilizadas por todos os factos possi-

veis de sanções cívicas e criminais. Exige-se ainda que sejam aplicadas as leis já publicadas e que interessam aos milhares de trabalhadores que se encontram nesta situação, especialmente o Decreto-Lei n.º 222/75.

### AS CREDENCIAIS E O MINISTRO DO TRABALHO

As empresas em autogestão e cooperativas não podiam deixar de apreciar a recente decisão do ministro do Trabalho relativamente às credenciais necessárias às comissões de trabalhadores para gestão das empresas. Com efeito, o sr. ministro, ao «passar a bola» de credenciais para os ministérios «competentes», deu mais uma vez prova da sua incompetência para resolver os problemas dos trabalhadores.

As empresas presentes verbalizaram tal decisão como segue:

«Repudiamos a atitude do Ministério do Trabalho ao transferir a responsabilidade do processo de passagem de credenciais para outros ministérios, quando é aquele o autor e responsável pela presente situação. Assim, exige-se a passagem imediata e definitiva de credenciais a todas as empresas que delas necessitem, bem como a publicação urgente de decreto-lei normalizando a situação de todas as empresas geridas pelos trabalhadores. Este decreto-lei deverá ser discutido antes da publicação com representantes dos trabalhadores (secretariado das empresas em autogestão e cooperativas ou outros).

# A CUT DA CUF DO BARREIRO

Ao fundo da Rua do Ácido Sulfúrico fica a sede da CUT (Comissão de Unidade de Trabalhadores da CUF). A CUT instalou-se, há escassos dias, nesse prédio que tinha sido, em tempos, sede do Grupo Desportivo da CUF. Havia ainda certa azáfama na arumação dos móveis da recente mudança, quando o «ALAVANCA» ali chegou.

Era bem claro o ambiente de labuta e de nervosismo, de certa excitação, no desejo de se querer fazer tudo depressa e bem. Mas um outro problema pesava nesse mesmo ambiente. E muito justificadamente. É que tinham recebido, nas vésperas, numerosos bidons, dos maiores, com azeite, num total de 27 000 litros. Azeite vindo de cooperativas alentejanas, geridas por trabalhadores do campo, e destinado a servir os trabalhadores da CUF do Barreiro e arredores, incluindo Lisboa, pelo mesmo preço que tinha sido comprado nessas cooperativas agrícolas alentejanas. Este acto fora uma forma de ajudar a escoar o produto dessa cooperativa e fazer entrar o respectivo dinheiro para animar a gestão das mesmas pela venda dos seus produtos. Uma estreita e profícua colaboração entre os trabalhadores industriais e os trabalhadores do campo. Um exemplo que pode e deve ser seguido, sempre que haja uma oportunidade para se fazer.

Esta original e prática actividade de ajuda com interesses mútuos para os trabalhadores do campo e da cidade, deveu-se à iniciativa da CUT e da Comissão Coordenadora do Grupo CUF, de Lisboa.

Milhares e milhares de garrações de cinco litros, uns cheios de azeite, a maior parte aguardando ainda o precioso líquido, amontoavam-se em duas enormes peças do rés-do-chão da grande casa-sede da CUT.

— É um trabalho enorme, tudo isto! Nunca ninguém pensou que desse tanto trabalho! Há camaradas que trabalham voluntariamente até às tantas da madrugada, para não se pagar mão-de-obra, dando a bomba para encher os garrações! Mas o que vale é que a malta está consciente do que é preciso fazer, para ajudar os trabalhadores — disse-nos um operário.

## O QUE É A CUT

No primeiro andar, a azáfama era também grande. Camaradas responsáveis por determinados serviços ligados à CUT reuniam, outros discutiam problemas de interesse comum. Quando dissemos ao que iam, um dos membros do secretariado da CUT, o camarada José Valente Reis, pôs-se à nossa disposição, com a franca e aberta camaradagem que une todos os que bata-

ham devotadamente pela defesa dos interesses dos trabalhadores. E a conversa foi decorrendo, sem peias nem reticências.

A CUT congrega todos os milhares de trabalhadores da grande empresa nacionalizada que é a CUF. É a maior «comissão de unidade de trabalhadores» que se conhece. Ela é como que o braço e a cabeça, para a execução do que o CGT (Conselho Geral de Trabalhadores) da CUF decide. Este CGT, cujos membros eleitos para 1976, e representando as diversas Zonas e Serviços, Dependências e Depósitos, Fábricas e Delegações, Departamentos e Lojas que se estendem a todo o País, são em número de 159, representam o órgão máximo dos trabalhadores na CUF. É nas suas assembleias que podem ser tomadas as decisões de maior responsabilidade para a vida da grande empresa.

Pouco depois, chegou o camarada Eduardo José Guerreirinho, membro responsável da Informação da CUT, ficando assim mais animada a nossa conversa.

Para tornar mais funcional os trabalhos do CGT, foi constituída a CUT, com 20 membros do CGT devidamente eleitos por todos os camaradas. E também grupos de trabalho, para 1976, que têm a seguinte distribuição:

## C. G. T. — GRUPOS DE TRABALHO — 1976

GRUPOS DE TRABALHO	COORDENADORES
ADMISSÕES E READMISSÕES	Élio Ferreira, Carlos Dias da Silva e José Ferreira Coelho
CULTURA E DESPORTO	Azevedo e Melo
ADUBOS	Fernando Fernandes
HIGIENE E SEGURANÇA	Manuel José Branco e Francisco Oliveira Rodrigues
INFORMAÇÃO	Guerreirinho
SANEAMENTO	Espirito Santo (Barreiro)
PENSÕES E REFORMADOS	Espirito Santo (Lisboa)
CONTROLE OPERÁRIO	António Feliciano de Oliveira e Luis Filipe B. Carvalho
SEGURANÇA E PIQUETES	Anibal Santos Costa
COMISSÃO COORDENADORA	Carlos Alberto Monteiro e Artur de Jesus

## UM EXEMPLO DE ACTIVIDADE E DE EFICIÊNCIA



Quando da primeira reunião dos novos elementos do CGT, eleitos para 1976, efectuada em 12 de Dezembro passado, no antigo Refeitório 2, das Fábricas do Barreiro, foi informado em reunião da CUF, realizada no mesmo dia, que tinham sido nomeados para constituir o respectivo secretariado da CUT, incluindo os dos Grupos de Trabalho atrás referidos, comumente e normalmente a sua actividade profissional dentro da empresa.

## O TRABALHO DA CUT

Não obstante as suas tarefas os obrigaram a um trabalho constante, na defesa de tudo que diga respeito aos interesses dos trabalhadores desta grande empresa nacionalizada, estes ele-

mentos têm por norma não perderem o contacto, que reputam indispensável para a boa marcha do desempenho dessa sua missão, com os seus camaradas de profissão, indo aos locais de trabalho para ali fazerem certas horas de actividade profissional. Todos os outros elementos das várias actividades da CUT, incluindo os dos Grupos de Trabalho atrás referidos, continuam normalmente a sua actividade profissional dentro da empresa.

É necessário acentuar que a CUT, que é o braço executivo do CGT, é formada por trabalhadores que foram nomeados em eleições em que faziam parte trabalhadores de todos os ramos, das várias actividades da empresa, não só trabalhadores, como empregados de escritório, engenheiros, etc., o que lhe dá maior força e representatividade.

Esta CUT, além de toda a série de actividades bem precisas, no

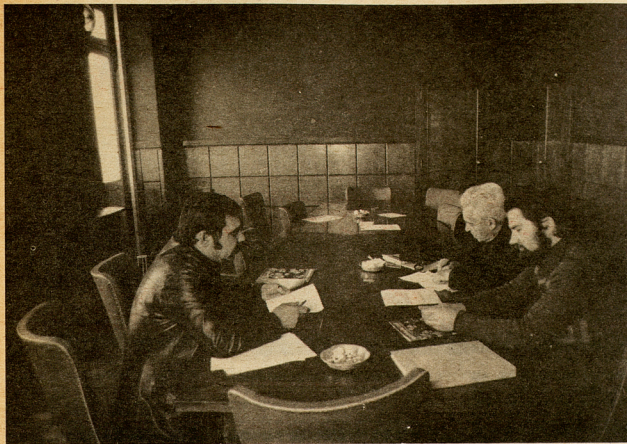
quadro a que nos referimos, tem igualmente reuniões mensais com a Comissão Administrativa da Empresa e, quando necessário, reuniões extraordinárias, para que os assuntos relacionados com os interesses dos trabalhadores e da própria empresa nacionalizada possam ser bem conhecidos pelos trabalhadores e com a participação destes, melhores e mais eficazmente defendidos.

Evidentemente que esta CUT procura conhecer sempre o melhor possível os problemas que afligem as actividades da empresa e, sem abdicar um milímetro dos sagrados deveres da defesa dos trabalhadores, tem de ser realista e meter-se adentro do processo em que estamos vivendo.

Muitas têm sido já as actividades que esta CUT se tem empenhado. Citemos, ao acaso, algumas delas:

— A tomada de posição públi-





ca, por várias vezes levada a cabo, a favor do reconhecimento da República Popular de Angola, fazendo pressão sobre o Governo para que o reconhecimento da RPA, fosse feito o mais rapidamente possível, visto saber-se, como todos os trabalhadores da CUF e todos os patriotas e antifascistas sabiam, que cada dia de atraso nesse reconhecimento representava um grande prejuízo de ordem moral e material para o nosso país.

— O envio de um telex de felicitações ao MPLA pelas vitórias militares alcançadas sobre os invasores sul-africanos e outras tropas mercenárias que tinham invadido o território de Angola, telex esse que nos foi agradecido, com um outro telex, assinado por Manuel Rui Monteiro, chefe do Departamento de Relações Exteriores da República Popular de Angola, facto que nos deu grande satisfação.

— A nível de numerosos plênários de trabalhadores, temos enviado mensagens de protesto contra os revolucionários militares e civis presos depois do 25 de Novembro.

— Também organiámos, por ocasião do Natal, uma excursão à Fortaleza de Cavais, como expressão de solidariedade pelos militares revolucionários ali encarcerados. Também participámos noutras iniciativas em que têm sido expressas a solidariedade do povo trabalhador português a esses militares revolucionários que tanto ajudaram, em 25 de Abril, a libertar o nosso povo e o nosso país do jugo dos fascistas e capitalistas portugueses.

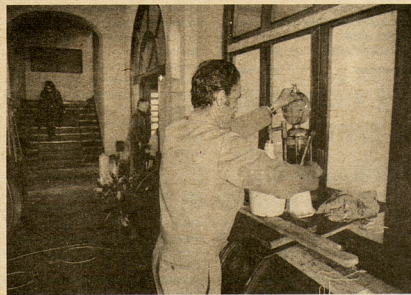
— Temos estado empenhados, como a anterior CUT, na defesa de tudo quanto diga respeito ao avanço da Reforma Agrária. Isto tudo de uma maneira unitária, fazendo participar nas nossas iniciativas o maior número possível de trabalhadores. Entre outros casos, lembramos a campanha que fizemos da compra de pano para a coopa da azeitona nas herdades e cooperativas onde os camponeses e os operários agrícolas orientam os

trabalhos, assim como é de salientar o precioso trabalho das operárias desta empresa que trabalharam esses panos para os prepararem com destino à recolha da azeitona.

A grande empresa nacionalizada que é a CUF tem, segundo as indicações dos nossos amigos, cerca de 7500 trabalhadores de todos os ramos à escala do País. Mas, destes, é o Barreiro que emprega o maior número de

pessoas: cerca de 5500 trabalhadores, o que dá a este agregado laboral uma força, uma vitalidade, e um poder de reunião e de decisão devidamente justificável e justificado.

No próximo número de «ALAVANCA» voltaremos a tratar deste assunto, visto o espaço ainda destinado ao mesmo não ser comportável com o que o «ALAVANCA» de hoje nos pode proporcionar.



## TRANSPORTES ESTEFÂNIA

«Somos homens com direitos, em luta por esses direitos» — afirmam, decididamente, os trabalhadores dos Transportes Estefânia, paralisados desde o dia 1 de Março.

Aqueles trabalhadores, que não podem compreender que a Gerência não pague segundo a Portaria dos Rodoviários só porque o patrão João foi um dos principais impulsionadores da sua impugnação — impugnação de que o próprio Ministério do Trabalho não tem conhecimento — escreveram em comunicado no quarto dia de paralisação: «Queremos a aplicação da Portaria de ordenados dos Rodoviários, queremos receber os retroactivos de 1974 e 1975, queremos receber os subsídios de férias ou a parte em falta, queremos receber o 13.º mês. E para isso estamos unidos, motoristas, ajudantes de motoristas, metalúrgicos, empregados de tráfico



e empregados de escritório». A mesma intransigência da entidade patronal, que tornou inúteis as conversações no Ministério do Trabalho, explica também de certo modo a «caçadeira» com que o patrão João pretendia resolver o primeiro frente a

# TERRORISMO PATRONAL EM DELÃES

Como os restantes trabalhadores da empresa reagissem, protestando contra tamanha violência, os gorilas dispararam dois tiros, para os intimidarem. Mas os trabalhadores continuaram, unidos e decididos, no seu justo protesto, sem se deixarem amedrontar. Então, a entidade patronal, recendo que as coisas se complicassem e a justa indignação dos trabalhadores telefonou para a GNR de Famalicao, de Joane, de Braga e de Barcelos, cujos elementos prontamente apareceram na empresa, acordando prontamente ao chamamento do patrão. Mantiveram-se lá, até cerca das dezasseis horas, do dia 24/1, hora a que a entidade patronal cedeu, abandonando as instalações, sob uma chuva de apupos dos numerosos operários ali concentrados.

Decidiu-se, ali, mesmo, a realização de um plénário de trabalhadores da empresa, o qual teve lugar na segunda-feira, dia 26, pelas catorze horas, vindo a terminar cerca das vinte horas. Nesse plénário, decidiu-se que o trabalhador suspenso fosse imediatamente reintegrado no trabalho. O referido operário exigiu, porém, que fosse feito um rigoroso inquérito sobre esses acontecimentos, assim como à sua actividade tão injustamente atacada pela entidade patronal.

Mais uma vez pudemos constatar que, quando os trabalhadores lutam em completa unidade, a vitória premisa sempre as suas lutas. Porque a vitória dos trabalhadores sobre as injustiças e as ganâncias do patronato está sempre à mão dos operários que saibam lutar, numa forte união entre si e com os outros trabalhadores, de maneira decidida e decisiva, sem darem ouvidos a provocações e a divisionismos.

Os operários da CARIDES, de Delães, acabam de provar, de maneira inequívoca, que quando a unidade é forte entre os trabalhadores, não há provocação patronal que possa resistir-lhe!

A Comissão Sindical da Empresa Industrial CARIDES, de DELAES (Vila Nova de Famalicao) foi alertada por um dos trabalhadores, de que a gerência pretendia destruir um ficheiro de «stocks» com a finalidade de pôr em causa uma sindicância feita à citada firma, em Junho de 1975, pelo Ministério do Trabalho e pelo Banco Borges & Irmão.

A gerência da CARIDES, ao saber que o trabalhador em referência tinha alertado a Comissão Sindical sobre o pernicioso projecto, resolveu para e simplesmente suspender esse operário.

Todavia tendo os trabalhadores do 3.º turno tido conhecimento do que se estava a passar, fizeram uma paralisação de trabalho de 25 minutos, para discutir o problema e esclarecerem a situação, prevenindo-se desde logo, uma luta mais activa contra tal violência patronal.

A Comissão Sindical da empresa e o Sindicato Têxtil de Delães alertaram de imediato o Governo, o Conselho da Revolução, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Indústria Tecnológica e da Indústria Ligeira, bem como o Delegado do Trabalho de Braga, acerca do que se estava a passar na CARIDES.

No dia 23 de Janeiro último, cerca das 22 horas, os trabalhadores desta firma foram avisados de que alguém tinha entrado nos escritórios mesmo com as luzes apagadas. Os operários, ao aperceberem-se disso, reuniram um grupo de seis de entre eles, tomando a iniciativa de saberem o que se estava a passar nos escritórios. Quando penetraram nesse local, surgiu-lhes inesperadamente o patrão, rodeado de quatro guarda-costas munidos de caçadeiras e de pistolas, tendo imediatamente agredido violentamente dois desses trabalhadores à tal «maneira pedesca-fascista». Depois, retiraram todos esses trabalhadores presos, durante duas horas e meia, e sob a ameaça das armas.

popular, sindicatos e órgãos de comunicação social: «Precisamos da ajuda de todo o povo em geral, de todos os elementos que entendem da justiça e razão dos nossos objetivos. (...) Não queremos nada, apenas aquilo a que temos direito».

REFORMA

# agrária A CONSCIÊNCIA DE TRABALHAR PARA O BEM COMUM



A Unidade Colectiva de produção «Furriel Sequeira» foi legalmente ocupada pelos trabalhadores em 31 de Agosto de 1975.

Nela labutam, diariamente, cerca de cem trabalhadores, homens e mulheres, dos quais 70, são efectivos.

Depois da ocupação, sobreveio, naturalmente, a expropriação das três herdades que a constituem: «Águas Belinhas», «Sol Posto», e «Sabachão de Baixo».

São cerca de 1400 hectares que, nas mãos dos trabalhadores, começaram, finalmente, a ser utilizadas na íntegra, para o bem comum.

Chegámos de manhã, bem cedo, à herdade «Águas Belinhas».

Todos, homens e mulheres, se encontravam empenhados no amanho e cultivo da terra.

Falaram connosco acerca da evolução do processo de luta que desenvolvemos, com vista a alcançar melhores condições de vida, para si, e uma muito maior produção, para todos.

Contaram-nos, então, como se desenrolou todo o processo de expropriação das herdades.

Tudo começou depois da publicação da Lei da Reforma Agrária, com as tentativas de boicote económico por parte do antigo proprietário.

Assim que, ainda antes da ocupação das herdades, aquele agrário tenha procurado vender gados e máquinas.

Normalmente, antes do 25 de Abril, vendia só 7 ou 8 vacas por ano; naquele momento queria vender, de repente, cerca de 60!

Chegou, todavia, a vender duzentas ovelhas ao desbarato, isto é, a quatrocentos escudos cada uma.

Para evitar o descalabro económico, os trabalhadores elegeram, democraticamente, uma Comissão de Trabalhadores, procedendo, posteriormente, à ocupação das herdades.

Esta Comissão, composta por 12 homens e 3 mulheres, tem vindo a orientar e a coordenar os serviços em toda a Unidade Colectiva de Produção.

As primeiras e maiores dificuldades com que se debateram foram sobretudo o pagamento de salários em atraso e das dívidas contraídas pelo antigo proprietário.

Apesar da falta de apoio que têm encontrado a nível das entidades oficiais, os trabalhadores não têm salários em atraso. Igualmente, liquidaram 640 contos relativos a uma máquina ceifeira debruhaladora, que o ex-patrão deixou por pagar.

## — ATÉ HOJE... NEM UM TOSTÃO —

Todavia, os trabalhadores lamentam que as entidades oficiais não lhes forneçam prontamente o dinheiro que lhes falta para investir em gados, sementeiras, máquinas, etc...

«Da colheita de 1975, enviámos 70 900 quilos de milho para a Cooperativa Transformadora do Vale do Sorraia. Pois até hoje ainda não vimos um tostão...»

Se nos pagassem os produtos que lá colocamos, não haveria necessidade de recorrermos ao Crédito Agrícola de Emergência.

Se as coisas não se alterarem, teremos que deixar de enviar os nossos produtos para a Cooperativa, e proceder à venda directa, a fim de apurarmos o dinheiro que nos é indispensável para investimentos.»

E são muitos os produtos da Unidade Colectiva de Produção «Furriel Sequeira».

Naquelas terras os trabalhadores fazem crescer arroz, milho, vinha e forragem para o gado.

Estão a ensaiar a cultura do tabaco numa extensão de 30 hectares.

E têm muito gado: 120 vacas tourenas e leiteiras, um pavilhão de recria, com 50 bezerros; 70 vacas amarelas e cerca de 200 ovelhas.

Para tratar convenientemente da saúde do gado, contrataram um veterinário. Para manter o parque de maquinaria operacional, dispõem de uma oficina.

## TRABALHAR PARA O BEM COMUM

Todo esse esforço de manutenção e organização se deve exclusivamente à iniciativa e espírito de sacrifício dos trabalhadores.

«Já que não temos tido praticamente apoio oficial, tudo o que aqui está feito, ou em vias de se

## ... F. A CONSCIÊNCIA DE DESTRUIR O BEM COMUM

...E a consciência de destruir o bem comum

Numa noite de Dezembro de 1975, um carro Mercedes, de cor verde, cuja matrícula estava escondida, conduzido por alguns indivíduos, entrou em «Águas Belinhas».

Os trabalhadores que se encontravam montando um piquete de segurança na propriedade, foram, então, atirados com tiros de espingarda automática.

Por sorte, nenhum dos projecteis atingiu os trabalhadores, uma vez que se foram cravar, em duas máquinas enfardadeiras, danificando-as.

Os engrumetos fugiram, em alta velocidade.

Nessa mesma noite, ouviram-se mais disparos, numa outra herdade da zona («Amoreira»), onde haviam estado reunidos os trabalhadores, com vista à eleição de uma Comissão de Trabalhadores.

Também não se registaram vítimas, embora as paredes de uma das casas tivessem ficado crivadas de buracos.

Processos inqualificáveis de intimidação, estes utilizados, pelos agrários e seus capangas.

Uma certeza:  
Esses têm a consciência de estarem a destruir o bem comum!

fazer, é resultado do nosso esforço colectivo.

Trabalhamos duramente, tanto quanto seja necessário, sem que, alguém reclame mais salário, ou pagamento de horas extraordinárias.»

Estamos unidos e sempre que é preciso fazer qualquer coisa, ajudamo-nos uns aos outros e fazemos o serviço que for necessário fazer, pois estamos conscientes que ao procedermos deste modo estamos a trabalhar para o bem comum.»

Na Unidade Colectiva de Produção «Furriel Sequeira», a terra está toda cultivada, e o gado devidamente alimentado e tratado.

Conforme nos disseram e mostraram, a área de terrenos semeado, aumentou substancialmente.

Por isso prevêem, para este ano, um aumento de produção nunca antes alcançado naquelas terras.

O terreno que o antigo proprietário reservava para a sua horta privada, e onde os frutos apodreçam, foi revolido e semeado.

O azeite ácido e azedo que o agrário distribuía aos trabalhadores, depois de retirar para si o que era bom, foi este ano substituído por azeite fino, sem acidez.

«Olhe que se distribuiu azeite por todos os trabalhadores da Unidade de Produção, e ainda cresceu para o povo aqui da área, que até o veio comprar. E ninguém se queixou!»

Os trabalhadores agrícolas, talvez mais do que quaisquer outros, sentiram bem fundo na carne a exploração que os agrários lhes moviam.

## NÃO SÃO OS AGRÁRIOS QUE SEMEIAM E COLHEM

Por isso sabem e podem dizer, bem alto: «Os que hoje fazem produzir as terras do nosso país, melhor do que nunca, são os mesmos que sempre as trabalharam: somos nós, e não os agrários, que semeamos e colhemos.

Esses nunca sujaram as mãos com esta terra!

E, se dantes nunca trabalharam, agora não são precisos. Nós, trabalhadores, fazemos mais e muito melhor.»

Agora, como Unidade Colectiva de Produção, acabaram-se os

capatazes, verdadeiros lacaios do patrão, que exerciam represálias sobre os trabalhadores e lhes impunham condições de trabalho extremamente desumanas.

Cada um tem a sua função e cumpre-a, sem sofrer maus tratos ou ameaças.

«Procurámos os feitores, para que eles viessem trabalhar com a gente. Dávamos-lhes até um trabalho menos pesado, o de tractoristas, pois os homens não estavam habituados ao trabalho mais duro da terra.

Pensam que aceitaram? Qual quê?

O que eles queriam era que isto voltasse para trás, de modo a poderem continuar como até então, isto é, sem fazer nada!...

Mas este processo não pára!...

## —PELO NATAL APARECIA POR AQUI MUITO PERU...»

Há ainda muita gente interessada em fazer marcha atrás.

Os trabalhadores sabem-no bem e não esquecem.

«Dantes o agrário obtinha todos os empréstimos de que necessitava para «investir»; não precisava de licenças da Câmara para construir nas propriedades.

Agora nós, se precisamos de fazer uma pequena obra para beneficiar a Unidade ou os trabalhadores, temos logo em cima da gente o fiscal da Câmara, não nos concedem empréstimos etc.

Mas é claro que por altura do Natal aparecia por aqui muito peru...»

Por quem ele era distribuído, não sabe a gente; de certeza, porém, é que nenhum dos trabalhadores os comeu à Consóada!...

A Unidade Colectiva de Produção «Furriel Sequeira» é mais uma prova concludente da força organizada que são os trabalhadores agrícolas.

A Reforma Agrária é uma conquista histórica da classe operária. Ela, não voltará atrás.

E, com o avanço da Reforma Agrária, os grandes agrários e os seus lacaios, tudo o que representam, serão varridos, duma vez para sempre, da nossa terra.

Unidade Colectiva de Produção «Furriel Sequeira»: a certeza de uma só luta, a luta de todo um povo.

Bom trabalho, camaradas!

# ALERTA RENDEIRO, ALERTA PEQUENO E MÉDIO AGRICULTOR

Como dizia um comunicado recente do Secretariado Provisório da Liga de Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Lisboa, "certos senhores que tu bem conheces (grandes lavradores, armazenistas de vinhos, fabricantes de vinho a martelo, negociantes de carne de burro para chourico, intermediários e até construtores civis), aparecem agora junto de ti e falam-te... "falam contra a Reforma Agrária, contra os operários agrícolas, que, na verdade, são homens e mulheres que, como tu, são explorados e têm de trabalhar a terra para viver".

Esses certos senhores que tu bem conheces fizeram mais uma tentativa de organização a que chamaram "Confederação dos Agricultores de Portugal". Rendeiro e pequeno agricultor: olha bem para o que é esta Confederação e que interesses ela defende! O senhor Raimundo Ferreira é um dirigente destacado da tal "Confederação dos Agricultores de Portugal". O sr. Raimundo Ferreira deve, e não paga, 4.700 contos à Adegua Cooperativa de Oihalvo. O sr. Raimundo Ferreira expulsou da sua quinta do Vale do Arado, em Oihalvo (Alenquer),

150 rendeiros, mandando buldozers destruir as culturas que tantos sacrificios tinham custado aos rendeiros. Este senhor e a Confederação de que é destacado dirigente, só merecem o tratamento que lhes foi dado, há pouco, na Lourinhã, e em Silves, em que os rendeiros destruíram as tentativas de concentração reaccionária, que os tais senhores queriam fazer. Claro que Raimundo não há só um: existem os proprietários da vasta Quinta de S. Lourenço, na Dagorda, Cadaval; os do enorme



conjunto da "Charneca do Casal Velho e Gatinheiras", em Almeirim, e outros que também perseguem centenas de pequenos rendeiros, os quais fizeram hor-

tas, pomares e vinhas em terras bravias, e viram, durante anos, as rendas a subir para cinco ou mais vezes, e depois, tudo destruído pelos senhores.

## DEFENDAMOS A REFORMA AGRÁRIA

Os trabalhadores e trabalhadoras da Herdade de Aguvalva de Baixo, integrada na Cooperativa Agrícola Revolucionária de Aguvalva Marateca, Setúbal, voltaram a dar provas da sua elevada consciência, unidade e firmeza no combate a mais uma violenta tentativa para destruir a sua nova exploração colectiva. A CHARA considera ser do maior interesse divulgar e apoiar as posições destes trabalhadores

definidas na exposição dirigida ao director do Centro Regional da Reforma Agrária de Setúbal. posições essas em que são energeticamente apoiados pelo seu Sindicato e pelas Comissões de Trabalhadores de duas Unidades Colectivas de Produção, que lhe são amigas. Esta firme solidariedade sindical e com outras Unidades de Produção de trabalhadores e outro facto importante a assinalar. Tem sido essa firmeza e unidade que vem garantindo aos trabalhadores das 3 Herdades Colectivas (Revolucionária de Aguvalva 23 de Outubro e 1.ª de Maio), triunfar dos sucessivos ataques reaccionários que têm sofrido.

no local da agressão o agressor e o cabo Mendes da GNR, ao qual os trabalhadores exigiram a prisão do agressor, recusando-se o cabo a fazê-lo «por a lei não o permitir» e que «so em caso grave é que o fara por si mesmo sem necessitar que os trabalhadores lho dissessem».

3. A Herdade de Aguvalva de Baixo está expropriada e entregue à Cooperativa Agrícola Revolucionária de Aguvalva Marateca e a situação desta Cooperativa legalizada por despacho já publicado há meses no "Diário do Governo". É a face das leis de expropriação das Unidades Colectivas de Produção têm direitos que não podem ser ofendidos.

4. Os problemas de alugadores de máquinas (caso do sr. Texugo) e de eventuais rendeiros, serradores, etc., são de fácil resolução nesta área, pois, à volta da Herdade da Aguvalva de Baixo, da Herdade de Travassos, da Herdade da Gâmbia e de outras, já constituídas em Unidades Colectivas de Produção, há diversas herdades e quintas (casos de Rio Frio, Aljeriz, Cavalho e outras), que podem e devem ser expropriadas ou pelo menos sujeitas a arrendamento compulsivo, pois que têm vastas terras e muito boas totalmente incultas, como se pode ver até da estrada.

Todavia, devemos acentuar que o Centro da Reforma Agrária de Setúbal não actua com rapidez e energia, como é seu dever. Ao contrário, favorece estes conflitos, como os trabalhadores das Herdades Colectivas não desejam.

5. Deve sublinhar-se que esta não é a primeira violência grave cometida contra os trabalhadores da referida cooperativa: muitos outros ataques se verificaram anteriormente, tanto nesta herdade como na herdade da Gâmbia (Cooperativa 1.ª de Maio), e na Herdade Travassos (Cooperativa 29 de Outubro), como sejam ataques a tiro, incêndios, etc.

6. Também se deve acentuar que as autoridades militares e policiais não têm procedido nestes casos como é devido, favorecendo assim estes ataques aos trabalhadores.

Nestas condições, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal e as Comissões de Trabalhadores destas Cooperativas

- a) a imediata prisão e punição do agressor sr. Guilherme da Silva Monteiro (conhecido por Texugo);
- b) o fim imediato de todos estes ataques às novas Unidades Colectivas de Produção, de modo a permitir aos trabalhadores trabalhar e viver em sossego;
- c) a expropriação das grandes herdades, a fim de instalar todos os que querem seriamente trabalhar a terra;
- d) apoio financeiro e técnico necessário ao progresso destas explorações agrícolas e florestais para bem dos trabalhadores e do País.

Setúbal, 21 de Fevereiro de 1976.

# APOIO AOS TRABALHADORES RURAIS DO NORTE

Tal como ALAVANCA anunciou, realizou-se no passado domingo, 29 de Fevereiro, a confraternização promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Penafiel, tendo sido convidados os trabalhadores da cidade, os dirigentes sindicais e as comissões de trabalhadores. Diversas camionetas partiram do Porto para a vizinha vila de Penafiel, em cujo estádio 25 de Abril decorreu a «Festa».

1 - Reafirmar a urgência de serem promulgada a lei que proíbe os despedimentos sem justa causa dos assalariados agrícolas, conforme moção aprovada na assembleia do passado dia 8.

2 - Fofessar estranhação pelo silêncio do Governo perante essa justa e mínima reivindicação dos assalariados agrícolas. Perguntamos: acaso não seremos trabalhadores? Acaso não seremos criadores de riquezas? Acaso não seremos das camadas mais desprotegidas do povo português?

3 - Apelar a justa luta que os rendeiros travam para ver aplicada legislação que os defenda.

4 - Expressar a sua solidariedade para com os seus camaradas camponeses do sul que, juntamente com rendeiros e pequenos agricultores, lutam para que a reforma agrária do Sul, conquista de todos esses trabalhadores da terra, seja uma conquista definitiva.

5 - Declarar a sua solidariedade com as justas lutas dos trabalhadores de outros sectores quando combatem pela defesa de conquistas já alcançadas.

E do teor que se segue a intervenção do dirigente agrícola Manuel Pinto, a que atrás aludimos:

### AMIGOS E CAMARADAS:

Como elemento da comissão directiva do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto, saúdo, em nome dos assalariados deste distrito, todos os trabalhadores que, sendo de sectores diferentes de actividade e das mais diversas localidades, responderam ao nosso convite para esta jornada de confraternização.

Esse é um gesto de solidariedade que, como outros, não esqueceremos.

Mas, nesta situação desejaria destacar os rendeiros ou caseiros, tra-

balhadores que, como nós, transformam terra em riqueza. A esses nossos camaradas rendeiros podemos declarar que os consideramos como companheiros da luta que travamos para que o 25 de Abril de 1974 também chegue aos campos e às aldeias do Norte.

Também aos trabalhadores e às direcções sindicais que, devido a outras actividades não puderam estar presentes, mas que nos mandaram mensagens, endorçamos as nossas saudações fraternais.

E, em especial, para os nossos camaradas camponeses do Sul, que, fazendo-se representar, ou enviando telegramas de apoio, aqui se encontram presentes.

A eles declaramos que nós, assalariados agrícolas do distrito do Porto, não esqueceremos, como não esqueceremos a sua luta pela reforma agrária.

Sabemos como têm sido insultados e perseguidos pelos reaccionários e grandes proprietários.

Sabemos como travam o duro e patriótico combate por uma maior produção e como desse combate saíram vitoriosos ao produzirem, sem patões, as maiores colheitas dos últimos anos.

Sabemos como se têm sacrificado para que os campos do Sul produzam. Sabemos que estão dispostos a todos os sacrifícios quando sentem que esses mesmos sacrificios se destinam a criar uma sociedade nova: aquela sociedade onde quem manda é quem trabalha.

Amigos e camaradas assalariados agrícolas do Distrito do Porto: fomos os primeiros a constituir um sindicato do centro para cima do país.

Todos teremos que fazer um grande esforço para aumentar essa força, angariando novos sócios para o nosso sindicato e tudo teremos que fazer.

### BANCÁRIOS DO PORTO: A SOLIDARIEDADE

Verificaram-se diversas intervenções de dirigentes sindicais, com relevo para a do dirigente agrícola Manuel Pinto. Um representante dos bancários do Porto anunciou, como expressão concreta da solidariedade dos trabalhadores bancários, para com os trabalhadores agrícolas, que em recente assembleia daquele sindicato foi decidido destinar cerca de 550 contos dos fundos sindicais para o reforço e criação de sindicatos agrícolas no norte.

Houve alegria com variedades musicais e com a representação de pequenas peças por parte de agrupamentos teatrais amadores, da Póvoa de Varzim e da Aresoa.

Em resumo: apesar da campanha de boatos postos a circular pelos caciques locais, que tentaram boicotar a confraternização, os trabalhadores agrícolas do Distrito do Porto deram mais um passo na sua libertação.

Durante a primeira parte do encontro, foi aprovada a moção que se segue:

Assalariados agrícolas do distrito do Porto, reunidos hoje, dia 29, em Penafiel, em jornada de confraternização com trabalhadores de outros sectores e de diferentes regiões do país, resolvem:



# internacional solidariedade internacional solidariedade

## EMIGRANTES - A MESMA LUTA

«Os emigrantes portugueses querem ser ouvidos sobre os problemas que lhes dizem respeito», reivindicaram, no passado dia 15 de Fevereiro, várias centenas de compatriotas nossos reunidos em Paris durante a 3.ª Assembleia de Trabalhadores Emigrados.

Conforme temos vindo a anunciar, França e Portugal vão assinar novos Acordos de Emigração. Quase um milhão de portugueses, vivendo e trabalhando em França, serão abrangidos pelas novas disposições.

Dada a importância de tais negociações seria natural que o Governo Português consultasse os órgãos representativos dos trabalhadores, nomeadamente a Intersindical Nacional e a Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França. Só que isso não tem acontecido.

Estes e outros problemas foram analisados durante a 3.ª Assembleia de Trabalhadores Emigrados, convocada pela Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França.

A abrir a sessão usou da palavra o camarada Alexandre Castanheira que, em nome da Comissão Consultiva, começou por declarar: «Mesmo que não houvesse o caso dos Acordos de Emigração para discutir, a Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França teria convocado para este mês uma Assembleia-Festa comemorativa do seu 11.º Aniversário. Com efeito, esta Comissão nasceu no dia 1 de Fevereiro de 1975, eleita por uma centena de trabalhadores representantes de duas dezenas de associações de portugueses, reunidos na sede da Delegação em Paris da Secretaria de Estado da Emigração.» Referindo-se aos motivos da criação desta Comissão Consultiva, o camarada Castanheira esclareceu: «O fim era simples — contribuir para desenvolver as relações entre a Secretaria de Estado da Emigração e as Associações, pondo à disposição de quebra uma dúzia de trabalhadores com grande conhecimento da situação e dos problemas da emigração, que se dispunham a trabalhar de graça e com sacrifício das suas horas de repouso para ajudar a informar os emigrantes portugueses sobre a evolução da situação em Portugal, levá-los a contribuir, na medida das suas possibilidades, para o avanço da Revolução do 25 de Abril, pelas vias democráticas, até ao socialismo, dar-lhes a conhecer o mais amplamente possível os seus direitos em França e ajudá-los, assim, a melhorar a sua situação neste país.»

Apesar das boas intenções de que estavam animados estes nossos camaradas da Comissão Consultiva, tal iniciativa não mereceu o apoio que se esperava por parte das entidades oficiais. Senão vejamos o que aconteceu: «Final de contas, com grande surpresa nossa, muitos funcionários da Delegação de Paris, nem os dirigentes da Secretaria em Lisboa, aceitaram a nossa decisão. Não só não gostaram dela como decidiram, primeiro, fechar-nos as portas da delegação, e depois combater-nos.»

Após salientar que «a pasta de secretário de Estado da Emigração já conheceu 5 homens diferentes, a dos quais sempre lançaram calúnias contra a Consultiva», Alexandre Castanheira acrescentou: «Ao contrário deles, nós cá estamos, os mesmos, os mesmos e apoiados por muitos mais homens e associações, prosseguindo um caminho sem vacilações, nem partidarismos de qual-

Um pouco mais adiante, referindo-se ainda aos acordos, Alexandre Castanheira afirmou: «Compreende-se, assim, que desde o dia 1 de Fevereiro de 1975 a Comissão Consultiva tenha afirmado que tais Acordos não deveriam ser, como no passado fascista, apenas discutidos entre os funcionários dos dois governos, sem qualquer participação dos emigrantes ou dos seus representantes portugueses ou franceses. Desde essa data que a consultiva luta por uma consulta à emigração portuguesa sobre os

patronato e de outros representantes do grande capital:

«Considerando que a emigração portuguesa em França deu desde sempre sobejas provas do apoio à unidade de todos os trabalhadores e ao princípio da unidade;

«Considerando que essa unidade e essa unidade vêm sendo postas em causa por certos sectores da vida nacional que procuram fazer crer na participação das organizações sindicais em acontecimentos que foram completamente alheios à vida sindical;



### PROMESSAS VÃS AOS EMIGRANTES

Um nosso leitor e amigo, Manuel da Encarnação, que habita em Villejuif (cidade dos arredores de Paris) informa-nos de que foi recebido na emigração portuguesa o artigo «Promessas vãs aos emigrantes» publicado no «Atavanca», há semanas.

Diz-nos, igualmente, que esse nosso amigo, que o assunto continuava no mesmo pé, até ao dia 15 de Janeiro passado. E que esse já «famoso» programa semanal para os portugueses emigrados em França, «Programa Povo dentro e fora do País» até à citada data não tinha ainda um ar da sua graça... «Essa «solene» promessa feita a quase um milhão de portugueses emigrados em França continuava, até então, por cumprir.

Que medidas pensam tomar os responsáveis pelo Secretariado da Emigração que por seja dada urgente solução a este importante problema, que interessa tantas e tantas centenas de milhares de portugueses radicados nesse País?

quer espécie, conscientes de que a linha que escolhemos é a que serve toda a emigração portuguesa.»

Ao analisar, seguidamente, a importância dos Acordos de Emigração neste momento em negociação, o mesmo camarada lembrou que «São os Acordos entre a França e Portugal que regulam toda a vida e trabalho dos trabalhadores que se encontram em França, assim como dos portugueses que ainda venham parar, se a imigração for de novo aberta pelo governo francês.»

problemas que deveriam ser incluídos nos Acordos, por uma participação directa de emigrantes representativos de associações e de sectores de trabalho nos grupos de trabalho que deveriam fornecer à delegação governamental portuguesa os «dossiers» que melhor se respondessem à defesa dos interesses dos imigrados portugueses. Até agora só nos tem respondido o silêncio ou a ignorância.»

A terminar a sua intervenção o camarada Castanheira fez o seguinte apelo: «Se um povo unido jamais será vencido, a emigração combativa e unida jamais será vencida. A batalha está longe de estar ganha. Há que intensificar o diálogo entre nós, para melhor sabermos o que é o pensamento comum entre nós... No decorrer desta 3.ª Assembleia foi aprovada, por unanimidade, uma moção em defesa da Reforma Agrária e, por unanimidade e aclamação uma segunda moção de apoio à Intersindical Nacional que passamos a transcrever na íntegra:

«Centenas de trabalhadores portugueses emigrados em França, reunidos na sua 3.ª Assembleia para a resolução dos seus problemas como emigrantes, no dia 15 de Fevereiro de 1975:

Considerando que a Intersindical Nacional é a concretização da vontade claramente expressa desde há dezenas de anos pelos trabalhadores portugueses dum central sindical único.

«Considerando que é dentro dela que o melhor se pode organizar a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe e de oposição aos interesses do grande

«Considerando que essa campanha anti-Intersindical não visa apenas, como alguns se esforçam por dar a entender, os elementos do Secretariado Nacional, mas sim, e principalmente, a própria existência da Intersindical e do conjunto das organizações sindicais;

«Considerando que tudo quanto seja feito contra as organizações dos trabalhadores favorece a actual ofensiva reaccionária contra a democracia e o seu caminho para o socialismo, que fora tão vibrantemente aclamado pela emigração, e enfraquece o principal baluarte do Povo Português na sua luta contra o fascismo e o terrorismo;

«Os trabalhadores presentes na 3.ª Assembleia reafirmam o apoio à emigração portuguesa em França à Intersindical Nacional e ao seu Secretariado livremente eleito em Congresso, e declaram opor-se a todas as medidas, venham elas de onde vierem, tomem elas as formas de inquérito, demissões, portarias ou decretos, que ponham em causa as organizações sindicais e a resistência que a Intersindical conduz, apoiada pela enorme maioria dos trabalhadores portugueses, contra todos os nostalgicos do passado, contra todas as manobras tendentes à perca das principais conquistas do nosso Povo, ou sejam, a liberdade, a organização sindical livre, democrática e independente, as nacionalizações e a Reforma Agrária.

«Para que o espírito do 25 de Abril perdure e progrida, para que a vontade do Povo e dos trabalhadores seja respaldada, nós declaramos, e ao mesmo tempo apelamos: Viva a Intersindical! Vivam as conquistas democráticas e revolucionárias do Povo Português! Unidos, venceremos!

## Notícias Breves

### UGTA

Por ocasião do XX aniversário da UGTA (União Geral dos Trabalhadores Argelinos), comemorado no dia 19 de Fevereiro, a Intersindical Nacional, enviou o seguinte telegrama:

«Por ocasião do XX aniversário da UGTA (União Geral dos Trabalhadores Argelinos), comemorado no dia 19 de Fevereiro, a Intersindical Nacional, enviou o seguinte telegrama:

«O papel da UGTA na defesa dos interesses dos trabalhadores argelinos, no reforço da vossa Revolução, assim como, as constantes provas de solidariedade internacional dadas pela vossa organização são garantes da correção da vossa actividade e da justiça da vossa luta.

«A Intersindical de Portugal dirige-vos as melhores saudações revolucionárias e manifesta-vos a solidariedade activa dos trabalhadores portugueses.

«Infelizmente por causa de actividades inadmissíveis à Intersindical não pode fazer-se representar, como nós desejávamos, nas festas do vosso aniversário. Entretanto, caros camaradas, nós acompanharemos em espírito todas as vossas actividades.

«Viva o XX aniversário da UGTA. Viva a amizade entre o Povo Argelino e o Povo Português. Viva o Internacionalismo Proletário. Viva a UGTA.»

### TRABALHADORES ISLANDESES

A Intersindical Nacional, tendo em conta o internacionalismo proletário que une os explorados do mundo inteiro, enviou um telegrama de apoio à luta travada pelos trabalhadores islandeses. E o seguinte o texto do telegrama:

«A Intersindical Nacional, Central dos Trabalhadores Portugueses, tendo tomado conhecimento da greve geral dos trabalhadores islandeses por melhores condições de vida, contra a exploração capitalista, apoia a justa luta pela emancipação total dos trabalhadores. Saudações fraternais.»



# A GESTÃO DA PREVIDÊNCIA E OS TRABALHADORES

O Conselho Coordenador da Previdência, conquista alcançada pelos trabalhadores portugueses após o 25 de Abril, foi extinto pelo actual Secretário de Estado da Segurança Social.

Por mais desculpas que nos apresentem, apenas encontramos uma justificação: arrear os trabalhadores da gestão e reestruturar da Previdência, retirando-lhes todo o poder reestruturativo, por falta de conhecimentos sobre aquilo a que têm direito.

Em compensação, o actual Secretário de Estado criou uma comissão de técnicos com vista ao estudo da integração dos dinheiros dos trabalhadores no orçamento geral do Estado.

Mas vejamos o que tem sido a nossa Previdência Social.

A Previdência que o regime fascista instituiu em Portugal, sempre funcionou como uma empresa capitalista ao serviço da exploração das classes trabalhadoras.

Apenas os trabalhadores contribuem para o fundo daquele organismo, posto que os 17% com que os patrões dizem contribuir é dinheiro de todos nós, pois essa percentagem entra igualmente nos cálculos de lucros da empresa, quando se encontra o resultado para o total do nosso salário.

Assim, enquanto os descontos para as Caixas de Previdência se efectuarem em tais moldes, os patrões não pagarão as respectivas contribuições, usando esse dinheiro em proveito próprio.

Por outro lado, para efeitos de reforma, esses 17% com que indirectamente contribuimos não são mencionados como vencimento total o que faz com que não recebamos a reforma a que efectivamente temos direito. Também neste caso, naturalmente, só com a participação conjunta dos trabalhadores ainda no activo e dos reformados nos órgãos de decisão do sector, será possível resolver a situação de injustiça dos trabalhadores reformados.

## OS PATRÕES DEVEM-NOS 4 MILHÕES DE CONTOS

Entretanto, a Previdência debate-se com gravíssimos problemas económicos. A dívida dos

patrões à Previdência, por exemplo, ronda, neste momento, os 4 milhões de contos!

Dezenas de milhões de contos, fruto de dinheiros da Previdência, foram trocados por papéis de crédito e acções de algumas das maiores empresas do País, servindo para criar novas empresas onde o capitalismo, através da sua acção de opressão e repressão, explorou ainda mais os trabalhadores, lançou o desemprego, pois ajudou a extinguir pequenas e médias empresas, e serviu ainda para alimentar a guerra colonial onde morreram cerca de 8 mil jovens trabalhadores e ficaram inutilizados cerca de 18 mil.

Por tudo isto, e não só, a falta de verba, resultante das dívidas do Estado e dos patrões à Previdência, põe em causa a participação efectiva dos representantes dos trabalhadores nas Caixas de Previdência e visa comprometer-las aos olhos dos trabalhadores.

Por outro lado os patrões recorrem a chantagem, agitando o espantoso do desemprego, ficando, assim, o direito ao trabalho condicionado pelo não pagamento à Previdência do dinheiro que já foi descontado directa e indirectamente. Escusado será dizer que esse dinheiro virá a ser utilizado pelo patronato com fins lucrativos que visarão tudo menos a garantia do direito ao trabalho.

Tudo isto é possível por existir uma lei fantoche que pune os patrões com a multa de 100\$000(1), por falta de pagamento das dívidas, seja qual for o seu montante.

## A PREVIDÊNCIA E OS TRABALHADORES RURAIS

E já que estamos a abordar, de forma generalizada, os problemas que afectam os trabalhadores beneficiários da Previdência, não será despropositado lembrar as injustiças que, neste campo, têm sido cometidas relativamente aos nossos camaradas trabalhadores rurais. Os trabalhadores rurais, apesar de pertencerem a um sector chave de produção, só a partir de 1969 passaram a ficar abrangidos pela Previdência, em regime especial, que lhes concedia benefícios muito inferiores aos restantes trabalhadores. Aproveitamos para salientar as idênticas injustiças sociais de que foram vítimas os trabalhadores doutros sectores de actividade, nomeadamente, os vendedores de jornais, domésticas, ven-



dedores ambulantes, etc.

Contrariamente ao indicado pelo Movimento Sindical, continuam, na maioria dos casos, a ser as Casas do Povo a conceder os benefícios aos trabalhadores rurais (com o dinheiro da poupança dos trabalhadores em geral) ainda dirigidos, na quase totalidade, por caciques fascistas que em virtude do regulamento ainda em vigor, gozam de preferência e escandalosamente benefícios aos seus locais e correligionários, em prejuízo dos nossos camaradas rurais.

Apesar de todos estes problemas que, resumidamente, aqui apontamos, o actual Governo pretende diluir o dinheiro por todos nós descontado para a Previdência no orçamento geral do Estado, ficando, os trabalhadores, impedidos de controlar ou administrar esse mesmo dinheiro. Devemos, pois, camaradas, meditar sobre todos estes assuntos e, sobretudo estar atentos. Também no campo da Previdência as nossas conquistas estão a ser fortemente ameaçadas. Alerta!

# ENCONTRO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA

## — por uma Previdência ao serviço dos trabalhadores

Dando cumprimento a uma proposta aprovada por unanimidade durante o último Plenário da Intersindical Nacional, realizar-se-á em Coimbra, nos próximos dias 27 e 28 de Março, um Encontro Nacional da Previdência.

Sobre este importante acontecimento, a Intersindical emitiu o seguinte comunicado: "Os graves problemas relacionados com a Previdência merecem sempre a maior atenção da Intersindical, pois as questões de protecção à velhice, invalidez e doença são vitais para as classes trabalhadoras. Por isso a Intersindical, Central Única dos Trabalhadores Portugueses, tem desenvolvido um trabalho intenso no sentido de promover o estudo e a reflexão conjuntos sobre tais questões, de intensificar o esclarecimento e a informação dos trabalhadores em geral acerca dos resultados e

das conclusões que se vão obtendo.

Ao longo deste trabalho, deparou-se com certos problemas que se destacaram entre outros. A gigantesca dívida dos patrões para com a Previdência, o boicote activo que muitos deles praticaram e que foi, em certos casos, até à fuga do país com o dinheiro das contribuições dos trabalhadores, foram alguns dos que se revelaram mais preocupantes. Num outro plano, a ainda recente extinção do Conselho Superior da Previdência, órgão que garantia a intervenção dos trabalhadores na gestão dos dinheiros arrecadados pelo preço do seu próprio suor. Em qualquer destes casos, a inquietação ou mesmo a indignação que os trabalhadores sentiram e exprimiram foram a prova de que, ao contrário do que muitos supunham, as massas trabalhadoras não estão indiferentes, insensibilizadas perante as ameaças que pesam sobre o seu direito a uma Segurança Social plenamente eficaz.

A extinção do Conselho Coordenador, por exemplo, provocou uma grande movimentação dos trabalhadores que aprovaram moções de protesto em milhares de plenários realizados em todo o País, designadamente no Norte. Esta e outras ameaças anteriores à construção da Segurança Social que é direito dos trabalhadores levaram estes a organizar-se,

a reunirem, a encontrarem formas de reflectirem em conjunto. A Intersindical sempre apoiou e estimulou estas iniciativas, como aliás estritamente lhe cumpria, fazendo com que a totalidade dos trabalhadores fosse regularmente informada do que se passava quanto a esta questão.

No Plenário da Intersindical foi apresentada pelos trabalhadores da indústria têxtil uma proposta para realização de um grande Encontro Nacional dos trabalhadores que entre si trocassem informações, experiências e pontos de vista sobre os problemas da Previdência. Tal proposta foi aprovada por unanimidade, tendo sido decidido realizar o Encontro em Coimbra nos dias 27 e 28 de Março.

Dado o enorme interesse que envolve o problema da Previdência, este Encontro Nacional deve merecer das organizações de classe dos trabalhadores (Sindicatos, Comissões, etc.) grande atenção, por isso deseja a Intersindical que a participação activa dos trabalhadores nesse Encontro seja tão ampla e relevante quanto possível.

O Encontro está aberto a todas as Uniãoes distritais e locais, direcções sindicais, comissões sindicais, comissões de trabalhadores, comissões administrativas das Caixas de Previdência.

As inscrições para o Encontro devem ser feitas nas Uniãoes Distritais até ao dia 13/3/76, e devem os participantes enviar os seus trabalhos até oito dias antes da realização do Encontro, ou seja, até ao dia 20 de Março de 76.





# A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA HUNGRIA

Na Hungria, país socialista, as regalias sociais dos trabalhadores são bem diversas das existentes nos países capitalistas. Entre nós, os trabalhadores têm que lutar pela conquista das regalias mínimas para a sua sobrevivência. Lá, a sociedade é dos trabalhadores, são eles os principais beneficiários do sistema político-económico e social que conquistaram.

Os Reformados, problema candente no Portugal de hoje, têm neste país dos trabalhadores as regalias sociais pelas quais estes trabalhadores mais idosos têm lutado sem que até agora a "Revolução" os tenha contemplado.

Vejam, então, como se passam as coisas na Hungria.

O trabalhador tem direito a uma pensão logo que atinge a idade de reforma ou se se torna inválido. Têm direito à pensão de reforma os homens de 60 anos e as mulheres de 55 anos. Contudo, num trabalho penoso ou insalubre, que abrange mais de 100 ramos profissionais, a idade de reforma é diminuída de cinco anos, tanto para os homens como para as mulheres. Assim a idade de reforma é aos 55 anos para os mineiros e outros trabalhadores do subsolo. O mesmo para os trabalhadores das torres de sondagem, os muniçioneiros, e os escafandristas. Também beneficiam desta regalia os que trabalham com meios de calor, caso dos fundidores, dos metalúrgicos, dos operários vidreiros, etc. O mesmo acontece com os trabalhadores das empresas frigoríficas, com os motoristas, com os navegadores, os motoristas de ambulâncias, os cozinheiros de voo e restaurantes.

Entre as mulheres, as que mais beneficiam com esta regalia, são as tecedeiras e as fiandeiras. Mas, mais trabalhadoras beneficiam desta regalia, caso das manipuladoras de aparelhos radiológicos, as mulheres radiologistas, etc.

Os trabalhadores manuais, que continuam a trabalhar na produção, nos transportes, após terem adquirido o direito à reforma, vêem a sua pensão melhorada em 7% por cada ano de serviço. Este aumento é de 3% para as outras categorias. Na Hungria existe um número bastante considerável de pessoas em idade de reforma, apesar de ao mesmo tempo se notar uma importante falta de mão-de-obra em alguns ramos. Esta regulamentação, oferecendo aos reformados a possibilidade de trabalhar, sem que isso ponha em causa a sua reforma, é pois favorável não só à sociedade como ao indivíduo. Os reformados têm o direito de trabalhar cada ano, um número de horas determinado, que varia consoante as profissões. Contudo, em alguns ramos, o número de horas não é limitado.

Por outro lado, todo o trabalhador que sofre de uma doença, cuja cura não é prevista num prazo de 12 meses, tem direito a uma pensão de invalidez. As empresas, e segundo o parágrafo 19 do

Código de Trabalho, são obrigadas a dar de novo emprego ao trabalhador, reabilitado para o trabalho, no caso de a interrupção do trabalho ser devida a invalidez por acidente de trabalho ou por doença profissional.

## AS PENSÕES DE FAMÍLIA

Em caso de morte, a viúva recebe durante o ano seguinte ao falecimento do marido uma pensão equivalente aos 50% da pensão devida ao morto. Após este primeiro ano, recebe uma pensão de viuvez se tiver 55 anos, se for inválida ou se tiver dois filhos pequenos a seu cargo. A viúva que perdeu o seu marido por causa de um acidente de trabalho, sofrido no local de trabalho, tem direito a uma pensão de viúva, sem ter em conta a sua idade. Por sua vez, o órfão tem direito a um abono de órfão até à idade de 16 anos. Contudo, se prossegue estudos mais elevados tem direito a essa pensão até aos 19 anos.

Os pais ou avós do trabalhador falecido, no caso de este os ter ao seu cargo, ou se estes não tiverem por si próprios uma pensão de reforma, têm também direito a uma pensão.

## PREVIDÊNCIA PARA OS REFORMADOS

No quadro da Segurança Social o montante da pensão para cada reformado aumenta automaticamente de 2% cada ano, para seguir a alta de preços centralmente prevista.

Os reformados beneficiam de uma redução de 50% nas tarifas de comboios e autocarros, e beneficiam também de reduções nos preços dos bilhetes de cinema.

A preocupação dos Sindicatos pelos velhos não se esgota com a garantia das pensões e abonos que lhes são devidos. Nas empresas, os Conselhos de Segurança Social que funcionam junto do Comité Sindical ocupam-se dos trabalhadores que pedem a sua reforma, ajudam-nos a efectuar as formalidades necessárias, encarregam-se de reunir os certificados de emprego e todos os documentos necessários, poupando assim ao trabalhador esforços e fadiga.

O Conselho de Segurança Social de empresa vela, também, para que os laços sejam

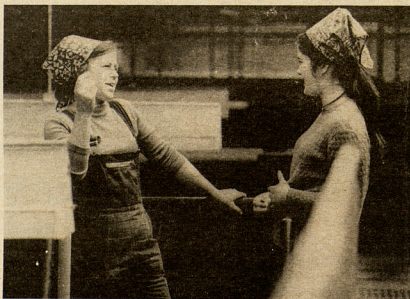
mantidos com os reformados. Grupos sindicais especiais no seio das organizações de base ocupam-se de uma maneira bastante assídua dos problemas eventuais dos reformados.

Entre os reformados, os que vivem sozinhos continuam a vir tomar as suas refeições à cantina da empresa e a beneficiar de bastantes benefícios assegurados pelo local de trabalho. Eles participam por exemplo na compra dos combustíveis a crédito e têm igualmente lugar na Casa de Repouso da empresa.

Pelo menos uma vez por ano, o Comité Sindical organiza para os reformados pequenas recepções onde lhes são dadas informações, por um dos dirigentes da fábrica, sobre os

Na prevenção sanitária para os trabalhadores uma grande desenvolvimento se efectuou desde o estabelecimento do poder operário. Liquidou-se entre outras coisas a tuberculose considerada como a doença do povo húngaro antes da Libertação. Criaram-se condições sanitárias de planeamento familiar através de: propagação de medicamentos preventivos da gravidez não desejada, ou pela sua interrupção num estabelecimento sanitário; procura das causas da infertilidade e a sua medicação e organização da protecção gratuita à mãe e à criança. Foi também organizada uma rede sanitária nas empresas.

A prevenção sanitária aos



resultados obtidos, o desenvolvimento e as preocupações da empresa onde eles anteriormente trabalhavam. Estes reformados encontram-se igualmente no desfile do 1.º de Maio ao lado dos antigos colegas, assim como, em cada manifestação organizada pela empresa. Por iniciativa dos sindicatos, foram criados "Clubes de Reformados". Nestes clubes, as pessoas idosas e isoladas passam agradáveis momentos. Ai encontram os amigos, os companheiros para uma partida de xadrez ou de cartas ou simplesmente para conversar um pouco. Organizam-se lanches, excursões ou idas à espectáculos.

## PREVENÇÃO SANITÁRIA

A Hungria consagra esforços consideráveis à protecção sanitária dos trabalhadores, à prevenção das doenças e à assistência necessária aos trabalhadores e à sua família, em casos de doença, com vista a restabelecer a sua saúde.

Esta República Socialista realiza esta assistência no quadro da Segurança Social por uma segurança contra a doença, que se estende desde o ano de 1975 a todos os cidadãos.

trabalhadores é feita pelos consultórios médicos de bairro, pelos dispensários de bairro de medicina especial, hospitais, sanatórios e outros estabelecimentos sanitários assim como os consultórios médicos nas empresas.

Daremos alguns números para exemplificar a grande diferença existente entre o antes e o depois da Revolução Socialista. Em 1974 existiam na Hungria 24 médicos e 82,8 camas de hospital por 10 000 habitantes, enquanto que em 1938 existiam 11,6 médicos e 51 camas.

Os tratamentos médicos, assim como, os tratamentos efectuados num estabelecimento sanitário são gratuitos. Para os medicamentos, meios e instrumentos terapêuticos, o trabalhador não paga mais do que 15% do seu valor. Porém, são igualmente distribuídos gratuitamente aos doentes nos hospitais ou nos consultórios médicos.

As vacinas contra as doenças infecciosas, o sangue e os medicamentos salvadores da vida e os necessários à protecção da mãe e da criança são inteiramente gratuitos.

As despesas dos transportes, feitas pelo doente, que tem de

apanhar o comboio, o autocarro ou outro meio de transportes para receber os tratamentos, são reembolsadas.

O papel dos sindicatos na prevenção sanitária reveste diversos aspectos. Relativamente à segurança da doença o Conselho de Ministros toma decisões após ter consultado o Conselho Central dos Sindicatos que dirige e controla esta segurança. O Ministério de Saúde Pública tem de ouvir os Sindicatos antes de publicar uma regulamentação.

Os sindicatos analisam e controlam a todos os níveis a prevenção sanitária para os trabalhadores e tomam posição na determinação das principais orientações para o desenvolvimento e os investimentos sanitários. Contribuem para a elaboração de projectos. A empresa constitui, um campo importante da actividade sindical quanto às questões sanitárias. Com efeito, os dirigentes económicos de empresa não estão habilitados a tomar medidas, relativas às questões sanitárias dos trabalhadores, sem ter o acordo da organização sindical da empresa. Isto contribui para determinar no Contrato Colectivo, as tarefas relativas à segurança social e sanitária. O seu acordo é necessário seja para estabelecer uma caixa local de Segurança Social, seja para fazer cessar o seu funcionamento. Estas caixas locais funcionam sob o controlo do Conselho da Segurança Social do Comité Sindical que pede relatórios periódicos ao administrador da caixa e controla igualmente a actividade do serviço sanitário da empresa, a aplicação das normas sanitárias, e a garantia do seu funcionamento. Por seu turno o médico da empresa fornece-lhe regularmente dados sobre o estado de saúde dos trabalhadores.

O trabalho educativo destes Conselhos é muito importante: Organizam conferências, exposições, projecções de filmes sobre diversos assuntos. Por exemplo, como se alimentar e vestir de uma maneira sã, questões de educação de crianças, etc.

Numerosas são as empresas onde se organizam para as futuras mães, conferências e sessões de ginástica sanitária. Um dos seus métodos de trabalho consiste em ocupar-se individualmente dos trabalhadores não só para convencer da necessidade de se Submeter aos exames médicos mas também para combater a aversão que alguns manifestam a este respeito.

Estas são as efectivas regalias dos Reformados Húngaros.

A prevenção sanitária para os trabalhadores tem também um lugar de destaque neste país socialista. Estas são, concretamente, algumas das realizações e conquistas dos trabalhadores húngaros, conquistas e realizações só possíveis em sistema socialista, só possíveis na sociedade sem exploração.



# cultura popular • cultura popular

## INDÚSTRIA FARMACÊUTICA ACTIVIDADES CULTURAIS E DESPORTIVAS DA JUVENTUDE TRABALHADORA

«A Juventude, unicamente comprometida com o futuro, é uma parte bastante significativa do nosso presente. Assim, empenhados em levar por diante o processo democrático que nos conduza ao Socialismo, não poderemos esquecer que o papel que os jovens têm a desempenhar é fundamental, tanto na resolução dos seus problemas específicos, como na sua integração na luta do nosso Povo contra o capital». Acabámos de transcrever parte de um documento aprovado em Reunião Nacional do Departamento da Juventude da Intersindical Nacional, realizado em Lisboa, em 10 de Janeiro de 1976.

Na verdade, o nosso futuro está nas mãos dos jovens. São eles que transformarão, e que darão continuidade, aquilo que lhes deixamos por herança.

Por isso, tudo o que de bom fizermos pela nossa Juventude não será de mais.

Ainda a propósito das tarefas que, neste momento, se levantam à nossa Juventude, alguém afirmou durante o I Congresso dos Sindicatos Portugueses, em Julho de 1975: «A participação unitária da Juventude nos Sindicatos tem como objectivos não só o reforço do Movimento Sindical como ainda permitirá a resolução de alguns dos seus problemas específicos».

Um exemplo do que acabámos de citar tem-nos sido dado através das realizações levadas a cabo por um grupo de jovens trabalhadores ligados às actividades culturais e desportivas do Sindicato dos Profissionais da Indústria Farmacêutica.

Contactado pelo «Alavancas», o jovem trabalhador da Indústria Farmacêutica Anibal Filipe, membro do Departamento da Juventude da Intersindical Nacional, pôs-nos ao corrente das actividades que se têm desenvolvido no seu Sindicato: «O Secretariado (pois é assim que se chama) das Actividades que se têm desenvolvido no seu Sindicato: «O Secretariado (pois é assim que se chama) das Actividades Culturais e Desportivas do nosso Sindicato surgiu em Outubro do ano passado. Concluímos, nessa altura, que os Sindicatos não devem desempenhar, apenas, as suas tarefas específicas. Deverão, simultaneamente, alargar as suas actividades a outros campos. A partir daí entramos em contacto com o Departamento da Juventude da Intersindical e demos início ao nosso trabalho».

Tem razão este nosso camarada. De resto, nos países em que o socialismo é já uma realidade, verifica-se que os Sindicatos desempenham um papel importante nos domínios da cultura e do desporto.

Mas vejamos o que os jovens trabalhadores farmacêuticos já conseguiram realizar, em tão

curto espaço de tempo: «Em função das actividades programadas, realizámos já um torneio de futebol interempresas a que aderiram 18 empresas. Este torneio teve a duração de 3 meses, dividido em 9 jornadas, tendo mobilizado cerca de 300 pessoas. Já agora podemos adiantar que a equipa dos Laboratórios Vitória foi a vencedora».

Na altura em que realizámos esta entrevista, encontrava-se junto a nós o jovem metalúrgico Joaquim Brito, membro permanente do Departamento da Juventude da Intersindical. Pedimos-lhe, então, a sua opinião



sobre o que se tinha acabado de dizer: «Neste caso concreto, a Inter não prestou, praticamente, nenhum apoio. De resto não nos interessa dirigir ninguém. Interessa-nos, isso sim, dinamizar a Juventude Trabalhadora incitando-a e ajudando-a na prática de actividades deste género. Relativamente a este exemplo que nos foi dado pelas camaradas da Indústria Farmacêutica, penso que deverá ser seguido por outros Sindicatos e mesmo a nível de empresas. Aproveito para lembrar que na zona do Alentejo vai realizar-se o Encontro Desportivo de Jovens Trabalhadores, em que serão praticadas várias modalidades além do futebol».

Relativamente a futuras inicia-



tivas que irão ser tomadas pelos jovens trabalhadores da Indústria Farmacêutica, Anibal Filipe adiantou-nos: «Neste momento, estamos a desenvolver outras actividades, nomeadamente excursões, futebol de cinco, etc. Por outro lado, pensamos que, a médio prazo, os jovens trabalhadores poderão vir a ser apoiados pelo Sindicato no campo do ensino. Finalmente, pensamos organizar um Encontro dos Jovens Trabalhadores da Indústria Farmacêutica. Tentaremos, com esse Encontro, atingir dois objectivos: por um lado, analisar, profundamente, os problemas do nosso ramo, e por outro, despertar esses mesmos jovens para a vida sindical».

## INATEL

O INATEL, dentro das suas actividades de âmbito cultural orientadas no sentido da formação cultural dos trabalhadores, agora em colaboração com a cooperativa de trabalhadores de teatro «Rafael de Oliveira» e numa encenação de Carlos Wallenstein leva a efeito, no Teatro da Trindade, no dia 5 de Março, a peça de Bertolt Brecht, «A Mãe».

Baseado na personagem central do romance de Máximo Gorki, Bertolt Brecht escreveu a peça do mesmo nome. Com um texto extremamente simples, numa sucessão de pequenas cenas que relatam o longo itinerário da «Mãe» na sua guerra pessoal para conseguir mais quatro copeques no seu orçamento familiar.

O enredo da peça foca essencialmente o problema de consciência da «Mãe» que discorda da militância política do filho, chegando mesmo a considerar de actos subversivos

contra a ordem justa imposta por Deus. Será através das suas batalhas para conseguir os quatro copeques que compreenderá que não existe outra solução a não ser bater-se organizadamente, com todos os explorados, no combate sindical depois da luta política para conseguir conquistar o direito à decisão, tomando o poder através da revolução.

O grupo permanecerá no Teatro da Trindade até dia 3 de Abril, apresentando espectáculos diariamente, às 21 e 30, excepto às segundas feiras. Aos domingos, matiné às 16 horas.

Durante o período de representação desta peça, no átrio do Teatro da Trindade, estará uma pequena exposição sobre Máximo Gorki, organizada pela Associação Portugal/URSS.

Para este espectáculo os sócios do INATEL, CCD, CPT e Sindicatos beneficiam do desconto de 50% sobre o custo dos bilhetes.

alavancas

SEMANARIO DA INTERSINDICAL

DIRECTOR INTERNO: Jaime Marques Machado

16 páginas - Preço 5500

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
Rua Vitor Gordon - 1 - 2.º - LISBOA

DELEGAÇÃO NO NORTE

UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina, 922-1

Telefone: 380752/95 - PORTO

DISTRIBUIDORA: REGIMPRESSA

COMPOZIÇÃO E IMPRESSÃO

HESSA PORTUGUESA

Rua Elias Garcia, 25, 27 - Venda Nova - Amadora

# NÃO AO HORÁRIO DE TRABALHO NACIONAL

«A Intersindical Nacional entende serem objectivos prioritários no momento actual: a defesa das principais conquistas revolucionárias dos trabalhadores, especial as liberdades democráticas (entre as quais a liberdade sindical, base da unidade dos trabalhadores e do movimento sindical), as nacionalizações, a reforma agrária e o controlo da produção, condições essenciais para que se avance para uma sociedade em que seja abolida a exploração de classe; a reestruturação económica numa base antimonopolista condição do avanço do processo político rumo a democracia e ao socialismo e da defesa das principais conquistas dos trabalhadores.»

Este um passo do documento elaborado pela Intersindical Nacional acerca do diploma sobre Horário de Trabalho Nacional, recentemente posto à discussão pública pelo Conselho da Revolução.

Passamos, em seguida, a transcrever na íntegra o documento elaborado pela Intersindical Nacional:

«Uma regulamentação geral do Horário de Trabalho pressupõe uma definição das condições económicas e políticas em que se insere.

«E parindo dessas condições, necessariamente objectivas, que se pode prever e regular a nível nacional, uma matéria como esta, de múltiplas implicações económicas e sociais, com reflexos na produção global sectorial, no nível e condições de vida dos trabalhadores, no seu direito ao trabalho e ao repouso e tempos livres. Por outro lado essa regulamentação, jurídica e política, necessariamente, o estado de desenvolvimento económico, social e político da sociedade, os modos e as relações de produção nela existentes.

«Tendo em conta estes princípios, poderá avançar-se na análise das questões relacionadas com a duração do trabalho, tomando como ponto de partida e de referência constante a situação real das classes trabalhadoras neste momento no nosso país e a situação real da economia nacional na fase actual.

«Assim, e na perspectiva da defesa das conquistas fundamentais dos trabalhadores, obtidas através de duras lutas travadas sob o regime fascista e já depois do 25 de Abril, defesa por que passa, neste momento, a consolidação dessas conquistas e o avanço do processo político rumo à democracia e ao socialismo, abordam-se de seguida as principais questões que se prendem com o horário de trabalho.

«Num processo político como o nosso, que as classes trabalhadoras continuam a estar profundamente empenhadas em que abra o caminho para o socialismo, como regime que permite e garante o fim da exploração económica e ideológica de uma classe parasitária e minoritária sobre a maioria da população activa, nomeadamente sobre a classe produtora de bens e riqueza, é meta fundamental a introdução de profundas alterações estruturais que permitam colocar a economia nas mãos e ao serviço das classes trabalhadoras.

«Uma etapa importante cumpriu-se com a nacionalização da banca e da actividade seguradora, bem como de sectores fundamentais da economia nacional. Na verdade, as nacionalizações foram e continuam a ser factor primordial na transformação da sociedade portuguesa, pelo que representam como elemento impulsionador da economia sob controlo directo dos trabalhadores. Entretanto, para que elas não percam este seu carácter eminentemente progressista, importa que seja atingida uma segunda meta: a sua efectiva reconversão da economia nacional, de forma a que sejam criados sectores de actividade ampliativos, estruturantes e articulados que permitam um progresso rápido e harmonioso da economia a nível global. Tal reestruturação constitui, simultaneamente, passo indispensável no desmantelamento completo dos grandes grupos monopolistas que, com o apoio do imperialismo, foram os sustentáculos principais do regime fascista.

«Ora esta segunda etapa não foi cumprida e as medidas mais recentes do VI Governo (e outras que se preparam) consistem, e das escassas alterações de que se desancendaram em 5 de Abril de 1974 pelo

caetista de 1971, que pretende revoagar.

«Para além deste carácter capitalista, o projecto de diploma conserva do anterior decreto a perspectiva de conciliação de classes e de intervenção governamental e homologatória, característica corporativo-fascista, que se denuncia junto dos trabalhadores.

«Aspecto particularmente grave neste momento é o do exclusão do regime geral proposto dos trabalhadores das empresas concessionárias e subconcessionárias de serviço público, das empresas públicas e das empresas nacionalizadas. Esta exclusão é grave porque revela o propósito de para esses

contratação colectiva, são, em matéria de horário de trabalho. PO-las em causa, num momento em que a recuperação monopolista do processo político e dos sectores chave da economia é uma ameaça crescente, facilitada pelo não desmantelamento dos grupos monopolistas através de uma profunda reestruturação económica, nomeadamente no sector bancário, insere-se nessa mesma campanha desencadeada pelos antigos senhores da economia e da política, hoje como antes do 25 de Abril, defensores de uma política reacçãoária de direita, repressiva e antiloperária.

«No momento actual, a luta contra a

e inequívoco dos horários inferiores a 40 horas, actualmente previsto nas convenções colectivas é apenas por seu intermédio alteráveis; permissão de horários superiores a 45 horas; homologação do trabalho para reduções de horário superiores a 45 horas; permissão do trabalho contínuo mediante homologação ministerial, mesmo no caso de a eles se oporem as organizações dos trabalhadores; permissão de trabalho em dia de descanso semanal, através de homologação ministerial, obrigatoriamente de prestação de trabalho extraordinário em certos casos; não fixação de percentagem certa para a retribuição de

capitalismo nacional e internacional, em prejuízo das conquistas mais importantes dos trabalhadores.

«Por isso, a Intersindical Nacional entende serem objectivos prioritários no momento actual: a defesa das principais conquistas revolucionárias dos trabalhadores, em especial as liberdades democráticas (entre as quais a liberdade sindical, base da unidade dos trabalhadores e do movimento sindical), as nacionalizações, a reforma agrária e o controlo da produção, condições essenciais para que se avance para uma sociedade em que seja abolida a exploração de classe; a reestruturação económica numa base antimonopolista, condição do avanço do processo político rumo a democracia e ao socialismo e da defesa das principais conquistas dos trabalhadores.

«Só assim será possível preservar essas conquistas com uma política de investimentos e de crédito que privilegie os sectores fundamentais da economia, entre os quais os nacionalizados, com uma política de gestão democrática das empresas e de planeamento democrático da economia a nível nacional e a nível sectorial, a primeira baseada no controlo operário e a segunda com base na participação das organizações de classe dos trabalhadores na planificação da economia, prevista aliás na parte já aprovada na nova Constituição.

«Desto modo, é necessário que se avance rapidamente na reestruturação da economia, quer a nível sectorial (e regional), quer a nível nacional, com a participação das organizações de classe dos trabalhadores, forma de garantir o efectivo respeito das suas conquistas fundamentais e o avanço do processo político rumo à democracia e ao socialismo.

«Será neste quadro que se deverá contar a matéria relativa à duração do trabalho. Na verdade, só com a reestruturação económica amplamente praticada pelos trabalhadores através das suas organizações de classe poderão ser seriamente encoradas as questões do horário de trabalho, global e sectorialmente, em qualquer forma, o que o Governo pretende alcançar por acordo dos trabalhadores e um processo de recuperação capitalista que, estando em curso, nem é irreversível nem tem o apoio dos trabalhadores.

## O PROJECTO DE HORÁRIO NACIONAL DE TRABALHO

«Posto à discussão pública pelo Conselho da Revolução, o projecto de diploma elaborado pelo Ministério do Trabalho sobre o Horário Nacional de Trabalho merece uma análise detalhada e uma denúncia clara.

«Do articulado proposto ressalta a manutenção de uma perspectiva marcadamente capitalista, de acordo, aliás, com medidas legislativas recentemente publicadas. Tal perspectiva resulta dos privilégios concedidos nesta matéria ao patronato, que desta forma se conserva, e das escassas alterações de que se prevê em relação ao decreto



O processo de recuperação capitalista não tem o apoio dos trabalhadores



trabalhadores criar um regime de horário mais pesado.

«De facto, numa altura em que o regresso dos patrões a empresas que abandonaram ou de que foram expulsos por actividades contra-revolucionárias de sabotagem económica e outras se integra numa campanha mais vasta do que a recuperação capitalista do processo iniciado em 25 de Abril de 1974, campanha que põe em causa as próprias nacionalizações e que prepara o regresso dos monopolistas por elas afastados, a luta dos trabalhadores pela defesa das suas conquistas é de todos eles, pois todos se vêem ameaçados. A recuperação monopolista da economia, que passa pela recuperação dos sectores nacionalizados e que o grande capital considera rentáveis e pela manutenção das nacionalizações de sectores que considera não rentáveis, deixando o seu defeito ao Estado, justifica que a luta dos trabalhadores e das empresas nacionalizadas pelas suas conquistas se integra na luta geral de todos os trabalhadores contra o regresso do fascismo, contra o terrorismo, contra o capitalismo monopolista e contra o imperialismo, pela defesa da democracia, das nacionalizações e das conquistas alcançadas numa dura luta travada desde o tempo do fascismo. Algumas dessas conquistas, obtidas por intermédio da



reacção e o fascismo, cada vez mais arrogantes na ameaça e na intimidação, através das nacionalizações através do controlo operário, passa pelo completo desmantelamento dos grupos monopolistas através da profunda reestruturação e reconversão da economia, passa pela defesa intransigente de todas as conquistas dos trabalhadores. Para todos os trabalhadores do sector nacionalizado se chama em particular a atenção para o logro em que o capital monopolista, com a cumplicidade do Governo, e em especial do Ministério do Trabalho, os procura fazer cair, ao tentar impor regimes de horário de trabalho mais gravosos a pretexo de benefício para a economia nacional que por multas e sobrejornal concedidas formas pretende e se prepara para recuperar.

«A Intersindical, a par da denúncia e repudio desta discriminação, que visa arrancar a grande número de trabalhadores importantes conquistas não hesitando em para tal ludir e enganar, e que pretende criar entre eles a divisão, denuncia e repudia outros aspectos do projecto do Ministério do Trabalho, nomeadamente:

- 1. «Não reconhecimento do princípio do máximo de 8 horas de trabalho diário, apenas alterável pela contratação colectiva; não reconhecimento expresso

todo o trabalho nocturno; não previsão do regime geral de meio dia de descanso suplementar; toda a regulamentação do trabalho por turnos; sancionamento da actual regulamentação do horário de trabalho portuário e a bordo; piscinato, subterrâneo e em transportes públicos; discriminação dos trabalhadores com contrato de serviço doméstico e dos trabalhadores rurais-»

«A Intersindical denuncia ainda perante todos os trabalhadores os métodos e fins da exploração capitalista contidos no projecto sobre Horário Nacional de Trabalho, ao promover descaradamente o aumento dos prémios e cadências de Trabalho do Ministério do Trabalho sobre Horário Nacional de Trabalho, pelo seu carácter capitalista e corporativo. 2. Que seja revogado rapidamente o Dec-Lei 409/71 e o Dec-Lei 505/74, sendo substituídos por uma regulamentação genérica do Horário de Trabalho que consagre as principais conquistas dos trabalhadores neste campo e que seja assim um instrumento ao serviço da sua luta por melhores condições de vida e de trabalho. 3. Que seja rapidamente encetada uma reestruturação geral da economia numa perspectiva antimonopolista, com a participação das organizações de classe dos trabalhadores, como forma de defesa das conquistas fundamentais dos trabalhadores, de desmantelamento completo da estrutura monopolista da economia e de assegurar a democracia e abrir o caminho ao socialismo. 4. Que seja aberto um novo período de discussão pública do projecto do Horário de Trabalho, no sentido de possibilitar que as organizações de trabalhadores se possam pronunciar nos termos referidos no ponto 2.»